

Demonstrações Financeiras

Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros

Em 31 de dezembro de 2025

Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	5

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial.....	11
Demonstração do resultado.....	13
Demonstração do resultado abrangente.....	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	15
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto.....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	17
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria.....	68

Relatório da Administração

Aos Acionistas

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis e com as normas emanadas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela SUSEP e alinhados às diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

O mercado brasileiro de resseguros manteve trajetória de crescimento ao longo do período de 2025, mesmo diante de um ambiente econômico desafiador, marcado por juros elevados, volatilidade macroeconômica e adaptações às mudanças introduzidas pela Lei nº 15.040/2024, que moderniza o regime jurídico dos contratos de seguro e passa a vigorar integralmente em dezembro de 2025.

A nova legislação reforça a previsibilidade e a disciplina contratual, estabelece marcos temporais mais rígidos para regulação e liquidação de sinistros e fortalece a relevância do resseguro como instrumento essencial de estabilidade financeira do setor segurador.

A Companhia mantém políticas globais de diversidade, inclusão e equidade, que orientam iniciativas estruturadas voltadas à promoção de um ambiente diverso, seguro e respeitoso. Como parte desse compromisso, a Companhia participa de iniciativas internacionais voltadas à igualdade de gênero, como os princípios de empoderamento das mulheres da ONU (WEPs), além de integrar o Índice *bloomberg* de Igualdade de Gênero (GEI). Esses fatores reforçam a transparência e o compromisso público com o tema, estando em conformidade com a Lei nº 15.177/2025. Adicionalmente, qualquer outra informação obrigatória exigida pela legislação será publicada no site institucional da Companhia, disponível em: <https://www.mapfrere.com/mapfrere-brasil/>. Nosso quadro de funções é reduzido, composto por cargos de diretoria, técnicos e administrativos, conforme demonstrado abaixo:

CARGOS	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	2	1	2	1
Técnicos	8	5	7	4
Administrativos	1	1	1	2
TOTAL	11	7	10	7

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, a Mapfre Re registrou lucro líquido de R\$ 155.012 mil, representando um crescimento de 35% em relação ao mesmo exercício do ano anterior. Os prêmios emitidos totalizaram R\$ 1.639.952 mil, com incremento de 13,6% frente a dezembro de 2024. Destaca-se ainda a geração de receitas na rubrica “Resultado com retrocessão”, que atingiu R\$ 32.993 mil.

O índice de sinistralidade do aceite foi de 92% sobre o prêmio ganho, apresentando uma redução de 19 pontos percentuais em comparação ao mesmo período do ano anterior. Considerando os efeitos da retrocessão, o índice líquido de sinistralidade foi de 79% do prêmio ganho (vide Nota Explicativa 17b), reflexo dos contratos de proteção vigentes e de uma sinistralidade inferior à observada no exercício

anterior.

As despesas administrativas representaram 1,7% dos prêmios ganhos, demonstrando um incremento de 0,7% pontos percentuais em relação ao exercício de 2024. Esse aumento decorre da alocação de serviços prestados pela matriz à filial no Brasil. Assim o incremento não representa expansão operacional local, mas sim o reconhecimento contábil dos serviços compartilhados.

Os investimentos financeiros da Resseguradora totalizaram um montante de R\$ 1.716.826 mil, com crescimento de 27% em relação ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2024, demonstrando a solidez patrimonial e a adequada liquidez da Companhia.

Foi provisionado o montante de R\$ 32.500 mil a título de juros sobre o capital próprio, valor este considerado no cálculo dos dividendos obrigatórios, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

A Companhia segue alinhada às diretrizes de solvência definidas pela Resolução CNSP nº 432/2021. Com base em modelos estatísticos, atuariais e financeiros, declaramos possuir capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados a custo amortizado, conforme a Circular SUSEP nº 648/2021.

O teste de adequação de passivos (TAP) não identificou insuficiências que demandassem constituição adicional de provisões.

A Mapfre Re do Brasil manteve sua estratégia de atuação orientada à rentabilidade sustentável, ao equilíbrio técnico da carteira e ao rigoroso gerenciamento de riscos, suportado por estruturas de governança robustas e processos compatíveis com as melhores práticas internacionais.

Nos últimos anos, a Companhia consolidou crescimento relevante em sua carteira, atraindo novos clientes e reforçando sua reputação técnica. O foco estratégico permanece centrado em:

- excelência no relacionamento com clientes e parceiros;
- subscrição prudente e disciplinada de riscos;
- inovação e diversificação de produtos;
- desenvolvimento de soluções sustentáveis para o mercado brasileiro;
- adaptação contínua às mudanças regulatórias e tributárias, incluindo a transição ao novo modelo da reforma tributária (EC 132/2023).

A Mapfre Re do Brasil reafirma seu compromisso com a integridade técnica, eficiência operacional e criação de valor para acionistas e para o setor segurador brasileiro.





KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros ("Resseguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das Provisões técnicas de resseguros e retrocessão (PSL, IBNR e PET) e da realização do teste de adequação de passivos (TAP)

Veja as Notas nº 3(h), 3(i) e 14 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Resseguradora possui passivos decorrentes de operações de contratos de resseguros e retrocessão, tais como a provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e provisão de excedente técnico (PET). Para mensurar as referidas provisões técnicas de resseguro e retrocessão e na realização do teste de adequação de passivos (TAP), a Resseguradora utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros e taxas de descontos. Consideramos a avaliação da mensuração das referidas provisões técnicas de contratos de resseguros e retrocessão e a realização do teste de adequação de passivos, citados anteriormente como um principal assunto de auditoria dado a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de revisão e aprovação dos cálculos do teste de adequação de passivos (TAP) e da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR); (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor, que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de desenvolvimento de sinistros e taxas de desconto, utilizadas na mensuração da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e na realização do teste de adequação de passivos (TAP); - no recálculo independente, por amostragem, das estimativas do IBNR, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa utilizando-se de métodos atuariais e com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Resseguradora; - na avaliação da suficiência da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; e - na avaliação da necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura por meio da razoabilidade independente das premissas do TAP e da comparação do resultado dos fluxos de caixa calculados no TAP com os montantes totais das provisões técnicas registrados na data-base.

	(iii) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das bases de dados de sinistros avisados e pagos, como valores dos sinistros, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte; (iv) recálculo da provisão de excedente técnico, considerando as informações contratuais aplicáveis, tais como percentuais de excedente técnico, despesas administrativas, comissão, entre outros, bem como inspeção da documentação suporte relativa ao resultado técnico dos respectivos contratos; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.
--	---

Mensuração dos prêmios estimados de contratos de resseguro

Veja as Notas nº 3(e), 3(m.i), 5 e 17(c) das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
A Resseguradora mantém registros de prêmios estimados decorrentes das operações de resseguro, cuja mensuração está fundamentada em estudo técnico. Para elaborar a estimativa de mensuração desses prêmios estimados, a Resseguradora utiliza-se de premissas de expectativa de emissões de prêmios de resseguro com base nos contratos de resseguro subsritos e nos prêmios de resseguro efetivos. Consideramos a avaliação da mensuração desses prêmios estimados como um principal assunto de auditoria dado o julgamento envolvido na determinação das premissas relevantes relacionadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de subscrição de riscos, processo de conciliação das prestações de contas das operações de resseguro e processo de revisão do estudo de prêmios estimados; (ii) conferência da exatidão matemática dos percentuais de performance dos prêmios estimados incluídos no estudo de prêmios estimados e comparação da razoabilidade destes com aqueles constantes nas políticas da Companhia; (iii) testes, com base em amostragem, da precisão das bases de dados de prêmios de resseguros subsritos e efetivos, utilizadas no estudo de prêmios estimados, incluindo o confronto com as bases analíticas suporte aos registros contábeis; (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas no estudo dos prêmios estimados, tais como valores dos prêmios subsritos e prêmios efetivos e datas de registro, por meio do confronto com as respectivas documentações suporte, incluindo o contrato de resseguro, quando aplicável; (v) recálculo do prêmio estimado considerando as informações constantes nas políticas contábeis e nos contratos e prestações de contas de resseguro; e

	(vi) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.
--	--

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

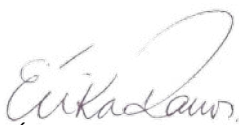
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras : (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Resseguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras .
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6P



Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante		2.923.953	2.523.113
Disponível		57.906	69.859
Caixa e bancos		57.906	69.859
Aplicações	4	1.603.870	1.243.777
Créditos das operações com seguros e resseguros	5a1	640.839	628.075
Operações com seguradoras	5a1	521.240	543.246
Operações com resseguradoras	5a1	119.599	84.829
Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas	14	620.727	580.604
Títulos e créditos a receber		604	786
Títulos e créditos a receber		9	103
Créditos tributários e previdenciários	6	477	446
Outros créditos		118	237
Despesas antecipadas		7	12
Não circulante		1.536.328	1.210.355
Realizável a longo prazo		1.532.665	1.206.527
Aplicações	4	112.956	106.657
Créditos das operações com seguros e resseguros	5a1	2.635	4.081
Operações com seguradoras	5a1	2.577	4.018
Operações com resseguradoras	5a1	58	63
Ativos de resseguros e retrocessão - provisões técnicas	14	1.410.893	1.091.027
Títulos e créditos a receber	6	6.181	4.762
Imobilizado	7	3.663	3.828
Imóveis de uso próprio		3.450	3.511
Bens móveis		213	317
Total do ativo		4.460.281	3.733.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Passivo			
Circulante		1.683.881	1.543.549
Contas a pagar		55.402	35.689
Obrigações a pagar	11	42.430	26.970
Impostos e encargos sociais a recolher		1.640	347
Encargos trabalhistas		1.115	770
Impostos e contribuições	10	10.217	7.602
Débitos de operações com resseguros		401.748	342.578
Operações com resseguradoras	5a2	392.657	334.908
Corretores de resseguros		9.091	7.670
Depósitos de terceiros	9	49.920	80.018
Provisões técnicas - resseguradoras	14	1.176.811	1.085.264
Não circulante		2.290.355	1.798.930
Provisões técnicas - resseguradoras	14	2.290.355	1.798.930
Patrimônio líquido	12	486.045	390.989
Capital social		150.000	150.000
Aumento de capital (em aprovação)		110.000	-
Reserva de lucros		229.042	248.325
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.997)	(7.336)
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.460.281	3.733.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	2025	2024
Prêmios emitidos	17c	1.639.952	1.443.653
Variações das provisões técnicas	17d	(112.451)	(23.341)
Prêmios ganhos	17a	1.527.501	1.420.312
Sinistros ocorridos	17e	(1.408.743)	(1.569.812)
Custos de aquisição	17f	(19.967)	(17.841)
Outras receitas e despesas operacionais		(3.021)	(4.451)
Resultado com retrocessão	17g	32.993	287.416
Despesas administrativas	17h	(25.794)	(15.217)
Despesas com tributos	17i	(59.225)	(50.858)
Resultado financeiro	17j	190.538	127.973
Receitas financeiras		455.514	370.431
Despesas financeiras		(264.976)	(242.458)
Resultado patrimonial		113	185
Resultado operacional		234.395	177.707
Resultado antes dos impostos e participações		234.395	177.707
Imposto de renda	18	(47.749)	(37.025)
Contribuição social	18	(30.339)	(23.568)
Participações nos lucros		(1.295)	(1.407)
Lucro líquido do exercício		155.012	115.707
Quantidade de ações		128.757.841	103.583.085
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		1,20	1,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros

Demonstração do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	155.012	115.707
Outros resultados abrangentes	4.339	(4.019)
Ajustes de instrumentos financeiros classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes	7.238	(6.563)
Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros	(3)	(81)
Tributos diferidos	(2.896)	2.625
Resultado abrangente líquido dos impostos	159.351	111.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital social (em aprovação)	Reserva de lucros		Ajustes de valor patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2024	150.000	-	18.687	141.411	(3.317)	-	306.781
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(3.938)	-	(3.938)
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	-	-	-	(81)	-	(81)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	115.707	115.707
Proposta de distribuição do lucro do exercício:							
Reserva legal	-	-	5.785	-	-	(5.785)	-
Reserva estatutária	-	-	-	88.573	-	(88.573)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.131)	-	-	(6.131)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(21.349)	(21.349)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	150.000	-	24.472	223.853	(7.336)	-	390.989
Aumento de capital social (em aprovação)	-	110.000	-	(110.000)	-	-	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	4.342	-	4.342
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	155.012	155.012
Proposta de distribuição do lucro do exercício:							
Reserva legal	-	-	7.751	-	-	(7.751)	-
Reserva estatutária	-	-	-	114.761	-	(114.761)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(31.795)	-	-	(31.795)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(32.500)	(32.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	150.000	110.000	32.223	196.819	(2.997)	-	486.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	115.012	115.707
Ajustes para:	518.163	502.345
Depreciações e amortizações	236	248
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.151	1.646
Variações das provisões técnicas de resseguros	1.567.568	1.478.319
Variações das provisões técnicas dos ativos de resseguros e retrocessão	(1.050.756)	(980.463)
Atualização monetária dos créditos das operações com seguros e resseguros	(7.011)	16.783
Atualização monetária dos débitos das operações com resseguros	6.975	(14.188)
Variações das contas patrimoniais:	(747.457)	(671.398)
Ativos financeiros	(554.642)	(496.820)
Créditos das operações de com seguros e resseguros	(5.083)	(137.501)
Ativos de resseguro – provisões técnicas	690.389	568.482
Créditos fiscais e previdenciários	(4.132)	1.568
Despesas antecipadas	4	-
Impostos e contribuições	85.394	58.983
Outras contas a pagar	3.112	842
Débitos das operações de resseguro	52.195	114.156
Depósito de terceiros	(30.098)	4.910
Passivos de resseguro - provisões técnicas	(984.596)	(786.018)
Caixa consumido pelas operações	(74.282)	(53.346)
Juros pagos	(190)	(93)
Juros recebidos	195.490	120.897
Imposto de renda pago	(49.873)	(35.676)
Contribuição social paga	(31.269)	(22.286)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	39.876	9.496
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:	(71)	(27)
Imobilizado	(71)	(27)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(71)	(27)
Atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(51.758)	(18.469)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(51.758)	(18.469)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(11.953)	(9.000)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	69.859	78.859
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	57.906	69.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

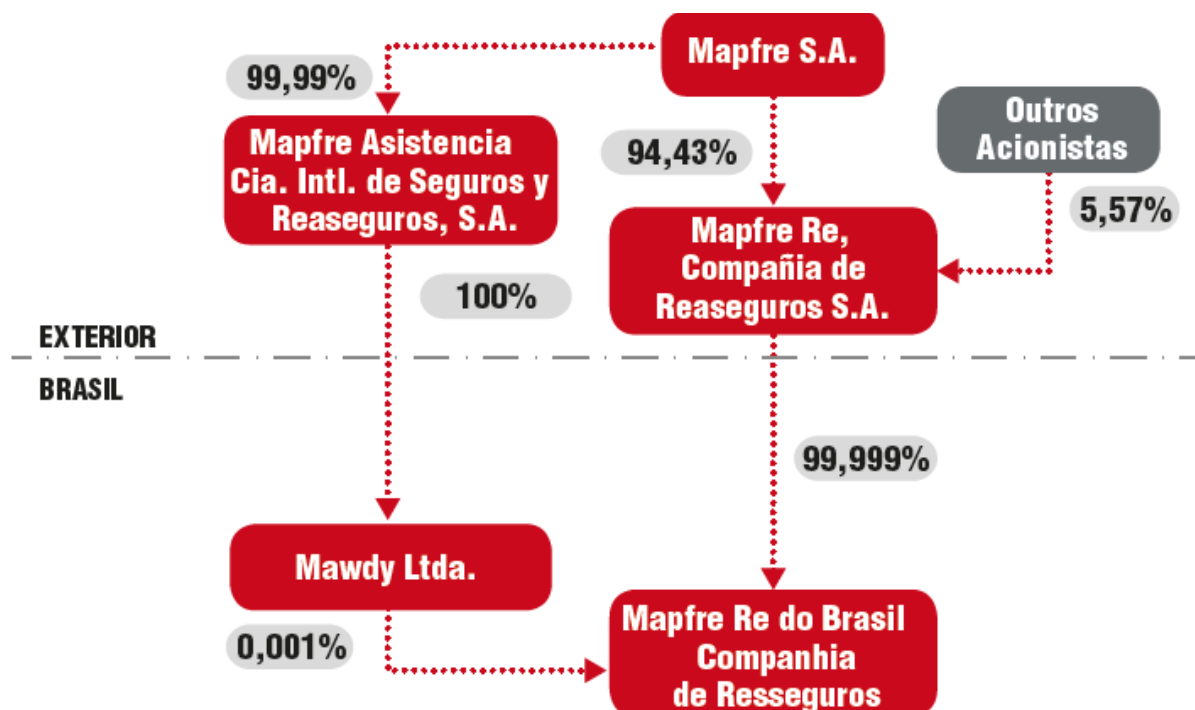
Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros, doravante designada por “Resseguradora” ou “Companhia”, com sede no Brasil, à Rua Olimpíadas, 242, São Paulo, Capital, CNPJ 01.396.770/0001-68, tem como objetivo social: (a) as atividades de resseguro e retrocessão, tal como previsto na legislação em vigor; e (b) todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas no item (a) acima.

O controle acionário da Companhia é exercido pela Mapfre Re, *Compañía de Reaseguros S.A.*, sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Espanha, detendo 99,99% de participação societária nas ações ordinárias. A estrutura societária é apresentada a seguir:



2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Base de preparação

Em consonância com a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações subsequentes, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base para mensuração e moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da Resseguradora é o Real. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data do balanço.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem:

- (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: - Notas 3c, 3d, 3e e 5 – Operações com seguradoras e resseguradoras; e - Notas 3i, 3j e 14 – Provisões técnicas.
- (ii) informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil: - Notas 3c, 3d, 3e e

5 – Operações com seguradoras e resseguradoras; Notas 3i, 3j e 14 – Provisões Técnicas; e, Nota 16 – Gerenciamento de riscos.

d) Segregação entre circulante e não circulante

A Resseguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até 12 (doze) meses e posterior a 12 (doze) meses, respectivamente.

A Resseguradora efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido, como por exemplo, ativos e passivos relacionados às provisões técnicas, têm seus valores divulgados no ativo ou no passivo não circulante por meio de percentuais apurados pelo estudo do teste de adequação de passivo (TAP).

e) Novas legislações

Nova lei de seguros

A implementação da nova lei de seguros, instituída pela Lei nº 15.040, de 9 de dezembro de 2024, e vigente desde dezembro de 2025, gerou impactos relevantes para o mercado segurador e ressegurador ao estabelecer prazos legais mais objetivos para o cumprimento das obrigações contratuais. A norma reforçou a previsibilidade e a disciplina dos fluxos financeiros ao fixar marcos temporais claros para a aceitação de propostas, regulação de sinistros e liquidação de pagamentos, reduzindo a possibilidade de suspensões indefinidas.

Antecipando-se à entrada em vigor da legislação, a Resseguradora iniciou, ainda em 2025, a revisão de seus contratos com clientes, incluindo cláusulas específicas de adaptação à nova lei. Para as colocações firmadas após o início da nova lei, os clausulados passaram a incorporar as cláusulas internas desenvolvidas em conjunto com o escritório jurídico que nos assessora, bem como análises das propostas finais apresentadas por cedentes ou intermediários, garantindo aderência integral às novas exigências legais.

No âmbito interno, foram realizados ajustes nos processos operacionais, incluindo a revisão das comunicações e e-mails utilizados nos processos de colocação, além da reestruturação dos fluxos de sinistros, com o objetivo de reduzir os prazos e assegurar maior celeridade e conformidade em todas as etapas. Essas melhorias reforçaram os controles internos e a governança, assegurando o cumprimento tempestivo dos prazos legais e mitigando riscos regulatórios e operacionais.

Reforma tributária

A reforma tributária, introduzida pela emenda constitucional nº 132/2023 e regulamentada por legislação complementar, inaugura, a partir de 2026, um período de transição para o novo sistema baseado na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em substituição gradual aos tributos atualmente incidentes sobre o consumo. Para o setor segurador e ressegurador, os principais impactos concentram-se na adaptação dos processos fiscais, contábeis e sistêmicos ao novo modelo de tributação não cumulativa, bem como na revisão dos fluxos de apuração, recolhimento e reporte de tributos. Nesse

contexto, a Resseguradora vem acompanhando a evolução normativa e promovendo ajustes internos com o objetivo de assegurar conformidade durante o período de transição, avaliando potenciais efeitos sobre custos operacionais, precificação e controles tributários, sem impactos materiais imediatos sobre suas demonstrações financeiras no exercício inicial de implementação.

Pilar II

A Lei nº 15.079/2024 - publicada em 30 de dezembro de 2024 institui o adicional da CSLL no processo de adaptação da legislação brasileira às regras globais contra a erosão da base tributária (regras *GloBE*). As regras são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025, com o primeiro recolhimento a ser feito em 2026, quando a carga tributária efetiva sobre lucro for inferior a 15%.

Estabelece os parâmetros da “*Qualified Domestic Minimum Top-up Tax*” (QDMTT), que prioriza o país de origem dos lucros na aplicação da tributação mínima sobre a renda. O objetivo é assegurar que o País receba arrecadação tributária mínima condizente com os lucros por ela auferidos, evitando-se assim o deslocamento da base tributária entre países (DLL).

3. Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários disponíveis em caixa, saldos positivos em conta movimento, investimentos financeiros resgatáveis no prazo de até 90 (noventa) dias entre a data de aquisição e o vencimento, com risco insignificante de alteração de seu valor e que não afetem a vinculação com os ativos garantidores das provisões técnicas.

b) Ativos financeiros

São classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos, mediante à avaliação se o ativo apresenta características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*).

Os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) mensurados a custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado.

i. Mensuradas a custo amortizado

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo (a) mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, (b) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros (SPPI- *Solely Payment of Principal and Interest*).

ii. Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Compreende os ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*), cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

Os ativos contabilizados como VJORA devem ser registrados ao valor justo no balanço patrimonial. Os juros calculados pela taxa efetiva são registrados no resultado e a variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é registrada contra o patrimônio líquido, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“*impairment*”).

iii. *Mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)*

São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As cotas de investimentos, por serem um ativo que naturalmente não atende os critérios de SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*), são classificados como VJR.

iv. *Determinação do Valor Justo*

Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 4a.

c) Contratos de resseguros

A Resseguradora emite contratos de resseguro que visam fornecer capacidade de cobertura de riscos para as Seguradoras e Resseguradoras (denominadas “cedentes”). O contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro visto que é definido como uma operação em que o emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso da ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente, nos termos do Pronunciamento Contábil CPC n.º 11.

d) Créditos das operações com resseguros e retrocessão

Compreendem, principalmente, os recebíveis originados de contratos de resseguros, tais como os saldos de prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras e valores a receber e direitos junto a retrocessionários. A Resseguradora avalia periodicamente se há evidência objetiva de que as recuperações de sinistros possam estar deterioradas. Essa avaliação leva em consideração as contrapartes envolvidas, classificação de *rating* por histórico de adimplência, retrocessionários com valores já recebidos e ainda não baixados e acompanhamento intensivo com os retrocessionários em negociação.

e) Prêmios de resseguros e custos de aquisição

Os prêmios de resseguros, os prêmios cedidos em retrocessão e os custos de aquisição correspondentes às operações de resseguro são registrados na data da emissão dos contratos e apropriados ao resultado ao longo do exercício de vigência do risco. Nos casos em que os prêmios de resseguro são determinados por referência aos seus volumes de produção indicada pela cedente (EPI), os prêmios e as comissões são registrados por estimativa e ajustados quando as prestações de contas com os valores efetivos são enviadas pelas cedentes. Os prêmios e as comissões para riscos vigentes não emitidos (RVNE) são constituídos por meio de cálculos estatísticos com base em experiência histórica, visando estimar todos os riscos vigentes dos contratos não proporcionais e facultativos que ainda não foram emitidos, sendo apurados a partir de metodologia atuarial.

Essas estimativas são revisadas e recalculadas mensalmente.

f) Redução ao valor recuperável

i. *Ativos financeiros*

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (imparidade), o CPC 48 – Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os *déficits* de caixa) ao longo da vida esperada do ativo financeiro.

O *déficit* de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda de crédito pode ocorrer pelo aumento da aversão ao risco ou *default*, mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato.

A provisão para perdas de crédito de um ativo financeiro é mensurada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 meses. No entanto, se na data do balanço o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas baseia-se em perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato.

Uma vez que é identificada uma evidência objetiva de desvalorização, a Seguradora utiliza o método da perda esperada com dados específicos de cada *ISIN (International Securities Identification Number)* das carteiras da empresa. O cálculo é realizado para os ativos financeiros classificados nas categorias contábeis valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e custo amortizado.

ii. *Operações de resseguros – Prêmios a receber*

A Companhia adota metodologia própria para avaliar se há evidência objetiva de prêmios de resseguro a receber possam estar deteriorados. O estudo da RVR leva em consideração as contrapartes envolvidas, histórico de inadimplência por companhia, análise prospectiva da capacidade de pagamento, avaliação dos saldos a receber classificados como vencidos e vencidos. Devido às especificidades e complexidade dos contratos de resseguros e do histórico de negociações de créditos em atraso, observa-se que as operações necessitam de um longo prazo para a efetiva conciliação e/ou recebimento para a extinção dos saldos em aberto. Se após a aplicação da metodologia de avaliação indicar uma probabilidade de risco de inadimplência, um ajuste no valor contábil é reconhecido, reduzindo a correspondente rubrica de recebíveis, cuja contrapartida se dá no resultado operacional.

iii. *Operações de retrocessão – Ativos de resseguro*

A Administração avalia periodicamente, por meio de estudo técnico, se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos estejam deteriorados, assim as perdas são incorridas sempre que houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda que tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo, ou grupo de ativos que podem ser estimados de maneira confiável. A metodologia leva em consideração os recebíveis ao longo do tempo considerando o risco de inadimplência de cada retrocessionário, apurado a partir do histórico de perdas de cada um deles, análise

prospectiva da capacidade de pagamento, eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato, a natureza dos recebíveis e seu prazo de vencimento. Se após a aplicação da metodologia indicar uma probabilidade de risco de inadimplência de crédito, um ajuste no valor contábil é reconhecido, reduzindo a correspondente rubrica de recebíveis cuja contrapartida se dá no resultado operacional. Quando da avaliação de risco de inadimplência é identificada por retrocessionário para liquidação do crédito, uma perda de redução ao valor recuperável é constituída. O valor que deverá ser provisionado a título de redução ao valor recuperável será o montante dos ativos ou uma parte mantida com a contraparte (PSL, IBNR e IBNER e créditos a recuperar).

g) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Resseguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo histórico é reduzido por depreciação acumulada e por perdas de redução de valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Resseguradora estão divulgadas abaixo:

Grupo de ativos	Vida útil estimada (anos)	Taxa de depreciação (%)
Imóveis	50	2
Móveis e utensílios	5	20
Veículos	5	20
Equipamentos	5	20

h) Teste de adequação do passivo

Nos termos da Circular SUSEP 678/2022, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Para efetuar o teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma dos saldos contábeis das provisões técnicas, na data base de cálculo, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Caso o valor apurado seja positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na provisão complementar de cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente da provisão de PPNG, que possui regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuadas nas próprias provisões. Nesse caso, a Companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

Para esse teste, a Resseguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se de premissas correntes. O TAP foi elaborado bruto de retrocessão e para a sua realização a Resseguradora considerou a segmentação

estabelecida pela Circular SUSEP nº 678/2022, ou seja, entre eventos a ocorrer e eventos ocorridos e, posteriormente, entre seguros de danos e seguros de pessoas e, por fim, entre prêmios registrados de PPNG e prêmios não registrados de PPNG. Os fluxos de caixa futuros foram definidos a partir de segmentos de negócios e premissas alinhados com a sua gestão dos riscos de resseguro, considerando-se a experiência da Resseguradora no Brasil.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livres definidas pela SUSEP, sendo a ETTJ prefixada e a ETTJ cupom cambial aplicáveis aos resseguros de danos e de pessoas.

A premissa de sinistralidade utilizada no TAP é calculada considerando a estimativa proveniente dos sinistros incorridos, com base na experiência histórica da Companhia. Os percentuais adotados nas estimativas foram de 86,07% para o resseguro de danos e de 89,55% para resseguro de pessoas.

Para a projeção de comissão, utilizou-se a premissa de 20,64% e de 0,13%, para os resseguros de danos e resseguros de pessoas, respectivamente, obtida a partir da experiência histórica de prêmios e comissões da Companhia.

As premissas para as estimativas dos ativos de retrocessão são calculadas considerando as informações dos ativos de retrocessão, referentes às provisões de prêmios e sinistros, comparadas às provisões técnicas correspondentes.

O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos já registrados na data base, conforme resultado segregado por grupos de contratos apresentado a seguir:

		Resultado - Fluxos a ocorrer	
Agrupamento	Taxa	Registrados	Não Registrados
Seguro de danos	ETTJ prefixada	134.095	34.801
Seguro de pessoas	ETTJ prefixada	18.351	11.403
Seguro de danos	Cupom cambial	30.873	-
Seguro de pessoas	Cupom cambial	-	-
PPC constituída		-	-

i) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio correspondente ao exercício de risco a decorrer, calculada pelo método “*pro rata die*” e atualizada monetariamente, quando aplicável.

A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE), é constituída por meio de cálculos estatísticos com base em experiência histórica, visando estimar todos os riscos vigentes dos contratos não proporcionais e facultativos que ainda não

foram emitidos, sendo apurado a partir de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data do balanço, de acordo com a responsabilidade da Resseguradora e atualizada periodicamente com as cedentes.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados e a metodologia de apuração considera a estimativa do montante de indenizações e despesas de sinistros por ano de subscrição dos contratos emitidos, grupo de ramo e tipo de negócio, deduzindo-se os sinistros avisados até a data-base do balanço. Os percentuais utilizados para estimar os sinistros são aplicados sobre os prêmios emitidos nos últimos 36 (trinta e seis) meses e são definidos com base na experiência histórica da Companhia.

A provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER) é constituída, por meio de estimativa, para complementar a PSL na cobertura do desenvolvimento dos sinistros ocorridos que tenham sido avisados ou não e que não foram pagos, visando adequar possível insuficiência dos sinistros informados pelas Seguradoras e/ou Resseguradoras e a avaliação será realizada pela administração da Companhia.

A provisão complementar de cobertura (PCC) é constituída se a Companhia apurar insuficiência no teste de adequação de passivos - TAP (*Liability Adequacy Test* - LAT). O teste de adequação de passivos é um teste econômico sobre o valor contabilizado para o passivo da Companhia e tem por objetivo capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro, em linha com os requisitos do CPC 11 - Contratos de Seguro. Para aferição do teste, são comparadas as estimativas correntes dos fluxos de caixa brutos de retrocessão com a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base de cálculo, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

A provisão de excedentes técnicos (PET) é constituída para os contratos com cláusulas de comissões variáveis em função de sinistralidade e participação em lucros e/ou perdas, estimando-se individualmente o valor destinado à distribuição de excedentes.

j) Créditos e débitos com resseguros e retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores e são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos retrocessionários são compostos substancialmente por prêmios de contratos de retrocessão, consistentes com o valor dos ativos de resseguro na medida em que são retrocedidos. Quaisquer ganhos ou perdas originadas na contratação de retrocessão são amortizados durante o exercício de vigência do risco dos contratos.

k) Patrimônio líquido

i. *Capital social*

O capital social, totalmente subscrito, é representado por 128.751.841 ações ordinárias, sem valor nominal e nominativas.

ii. *Dividendos*

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido anual, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos são reconhecidos quando pagos ou quando sua distribuição é deliberada pelos acionistas.

iii. *Juros sobre o capital próprio*

A distribuição de juros sobre o capital próprio para os acionistas da Resseguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Resseguradora.

Para fins de divulgação é realizada a demonstração a título de juros sobre o capital próprio na demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) conforme estabelecido pela SUSEP, uma vez que o pagamento de JCP é considerado no computo do dividendo mínimo obrigatório do exercício. O imposto de renda retido na fonte dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

iv. *Reserva legal*

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, na base de 5% do lucro líquido no final de cada exercício até atingir 20% do capital social.

v. *Reserva estatutária*

O montante de lucros não destinados à constituição de reserva legal ou à remuneração dos acionistas é retido em reserva estatutária, até o limite do capital social no final de cada exercício.

vi. *Ajuste de valor patrimonial*

Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), líquido dos efeitos tributários.

l) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreendem os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O tributo corrente é calculado sobre o lucro tributável do exercício, com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O tributo diferido é calculado sobre diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros.

O tributo diferido ativo somente é reconhecido quando for provável sua realização por geração de lucros futuros sujeitos à tributação.

As antecipações das estimativas mensais realizadas a título de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são registradas como redutoras na linha de “Impostos e contribuições” no passivo circulante e/ou ativo circulante, conforme o caso.

m) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

i. *Prêmios de resseguros*

Os prêmios emitidos contemplam os prêmios efetivos acrescidos da parcela de prêmios estimados (EPI) e prêmios de riscos vigentes não emitidos (RVNE), sendo reconhecidos na data do início de vigência do contrato de resseguro e ajustados quando do recebimento das prestações de contas recebidas das cedentes. As coberturas de resseguros são segregadas nas seguintes modalidades: (a) contratos de resseguro facultativos, que são destinados para coberturas negociadas uma a uma entre a ressegurada e o ressegurador e o prêmio emitido é o valor acordado entre as partes para sua cobertura no exercício de vigência do risco, na parcela do risco aceito pelo ressegurador; (b) contratos de resseguros automáticos para os quais a ressegurada e o ressegurador definem previamente a estrutura de contrato, abrangendo, entre outros itens, a responsabilidade da Resseguradora sobre os riscos e as condições nas quais os riscos podem ser incluídos no contrato de resseguros. A Resseguradora reconhece inicialmente os prêmios e as comissões de forma estimada (EPI), considerando um percentual apurado atuarialmente no cumprimento da carteira de resseguro com base em dados históricos, e ajustado, a cada recebimento de prestação de contas das cedentes. A cada prestação de contas técnicas, a Resseguradora reverte o prêmio e a comissão estimados e reconhece o prêmio e a comissão efetiva, conforme informações recebidas pelas prestações de contas, cuja periodicidade em sua maioria, é efetivada trimestralmente; (c) contratos não proporcionais são os prêmios emitidos e reconhecidos pelo valor acordado entre as partes – ressegurador e ressegurada – para a cobertura da parcela do risco contratado pelo prazo vigente do contrato não proporcional; e (d) prêmios de riscos vigentes não emitidos, são constituídos por meio de cálculos estatísticos, com base em experiência histórica, visando estimar todos os riscos vigentes dos contratos não proporcionais e facultativos que ainda não foram emitidos, sendo apurados a partir de metodologia atuarial, descrita em nota técnica atuarial. Os prêmios de resseguro, os prêmios de retrocessão e as correspondentes despesas e/ou receitas de comercialização são reconhecidos ao longo do exercício de vigência do risco. A Resseguradora contrata coberturas de retrocessão com vistas a: (i) cumprir o limite de retenção por risco subscrito; e (ii) mitigar o risco de perdas significativas originadas de eventos catastróficos.

ii. *Receitas e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, incluindo ativos financeiros classificados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

(VJORA); e variações de ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado (VJR). As receitas de juros são reconhecidas no resultado, pelo método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem a atualização monetária das provisões técnicas, as variações de ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado (VJR) e as estimativas de perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos.

n) Participação nos lucros

A Resseguradora registra mensalmente a provisão da participação nos lucros com base no programa anual de participação dos empregados nos lucros.

4. Aplicações financeiras

a) Composição das aplicações financeiras

Títulos	Ativos							Total			
	1 a 360	Acima de 360	Sem	Valor	Valor	Valor	Ganho/(perda)	2025	%	2024	%
	dias	dias	vencimento	contábil	curva	justo	Ajuste a valor justo				
	(A)	(B)	(C)	(D = A + B + C)	(E)	(F)	(F - E)	(G)	(H)		
Ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado (VJR)	311.362	1.292.696	(188)	1.603.870	1.603.118	1.603.870	752	1.603.870	93,42%	1.243.777	92,10%
Vinculados à cobertura de provisões técnicas:											
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	53.092	-	53.092	52.960	53.092	132	53.092	3,09%	46.334	3,43%
Fundos exclusivos:											
Vinculados à cobertura de provisões técnicas:											
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.239.604	-	1.239.604	1.238.984	1.239.604	620	1.239.604	72,19%	1.074.954	79,59%
Operações Compromissadas (a)	311.362	-	-	311.362	311.362	311.362	-	311.362	18,13%	122.625	9,07%
Caixa/contas a pagar	-	-	(188)	(188)	(188)	(188)	-	(188)	0,01%	(136)	0,01%
Ativos financeiros classificados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	-	87.922	-	87.922	92.774	87.922	(4.852)	87.922	5,12%	82.646	6,12%
Vinculados à cobertura de provisões técnicas:											
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	87.922	-	87.922	92.774	87.922	(4.852)	87.922	5,12%	82.646	6,12%
Ativos financeiros classificados a custo amortizado	-	25.034	-	25.034	25.034	21.203	(3.831)	25.034	1,46%	24.011	1,78%
Fundos exclusivos:											
Vinculados à cobertura de provisões técnicas:											
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	25.034	-	25.034	25.034	21.203	(3.831)	25.034	1,46%	24.011	1,78%
Total Geral	311.362	1.405.652	(188)	1.716.826	1.720.926	1.712.995	(7.931)	1.716.826	100,00%	1.350.434	100,00%

(a) Composto substancialmente por títulos públicos utilizados como lastro para operações compromissadas, contabilizados pelo custo de aquisição e acréscidos de rentabilidade do exercício, tendo seu valor contábil muito próximo ao valor de mercado.

Quotas de fundo de investimento e títulos em carteira própria

O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). As operações compromissadas são operações de compra e venda de 1 (um) dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação.

Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Resseguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Resseguradora possui ativos de títulos públicos classificados no Nível 1 e *operações compromissadas* no Nível 2.

b) Taxa de juros contratada

Descrição títulos	2025		2024	
	Maior taxa*	Menor taxa*	Maior taxa*	Menor taxa*
<i>Operações compromissadas</i>	15,00	15,00	12,25	12,25
LFT	15,00	10,75	13,75	10,75
NTN-F	2,00	2,00	2,00	2,00
NTN-B	8,75	8,50	8,75	8,50

*Taxas relativas as datas de aquisições dos títulos

c) Movimentação das aplicações financeiras

Descrição títulos						2025
Título	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	Saldo final
Ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado (VJR)						
LFT	1.121.288	583.610	(581.290)	-	169.088	1.292.696
Operações compromissadas	122.625	368.680	(198.850)	-	18.907	311.362
Caixa/contas a pagar	(136)	126	(178)	-	-	(188)
Ativos financeiros classificados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)						
NTN-F - SELIC	82.646	-	(8.434)	7.238	6.472	87.922
Ativos financeiros classificados a custo amortizado						
NTN-B	24.011	-	-	-	1.023	25.034
Total	1.350.434	952.416	(788.752)	7.238	195.490	1.716.826

Descrição títulos						2024
Título	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Ajuste a valor justo	Rendimentos	Saldo final
Ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado (VJR)						
LFT	751.106	273.942	-	-	96.240	1.121.288
Operações compromissadas	110.162	207.629	(206.100)	-	10.934	122.625
Caixa/contas a pagar	(96)	144	(184)	-	-	(136)
Ativos financeiros classificados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)						
NTN-F - SELIC	91.011	-	(8.434)	(6.563)	6.632	82.646
Ativos financeiros classificados a custo amortizado						
NTN-B	22.905	-	-	-	1.106	24.011
Total	975.088	481.715	(214.718)	(6.563)	114.912	1.350.434

5. Operações com seguradoras e resseguradoras

a) Operações com seguradoras e resseguradoras

a.1) *Créditos das operações com seguros e resseguros*

Os saldos de créditos de operações com seguradoras e resseguradores estão assim apresentados:

	2025	2024
Operações com seguradoras		
Prêmios de resseguros aceitos estimados – EPI (Vide nota 5b2)	105.583	125.549
Prêmios de resseguros aceitos efetivos (Vide nota 5b1)	413.842	417.677
Prêmios de resseguros aceitos riscos vigentes não emitidos (Vide nota 5b3)	6.476	5.345
Redução ao valor recuperável de prêmios (Vide nota 5b1)	(2.084)	(1.308)
	523.817	547.263
Operações com resseguradoras		
Prêmios de retrocessão aceitos estimados – EPI (Vide nota 5b2)	478	301
Prêmios de retrocessão aceitos efetivos (Vide nota 5b1)	870	654
Sinistros a recuperar	107.555	77.981
Outros créditos a receber	11.315	6.143
Redução ao valor recuperável de sinistros a recuperar	(561)	(186)
	119.657	84.893
Total	643.474	632.156

a.2) *Débitos de operações com seguros e resseguros*

Os saldos de débito de operações com resseguradores estão assim apresentados:

	2025	2024
Prêmios de retrocessão cedidos estimados – EPI (Vide nota 5b2)	23.258	39.847
Prêmios de retrocessão cedidos efetivos (Vide nota 5b1)	367.907	293.521
Prêmios de retrocessão cedidos riscos vigentes não emitidos (Vide nota 5b3)	1.492	1.414
Outros débitos a pagar	-	126
Total	392.657	334.908

b) Composição dos prêmios a receber e retrocedidos

b.1) *Composição dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2025	2024	2025	2024
Patrimonial	231.092	250.723	148.538	138.159
Rural	63.036	48.141	144.805	77.057
Pessoas individual	32.522	17.310	2.631	1.327
Aeronáuticos	26.477	26.163	42.585	42.910
Transportes	22.682	17.978	1.372	2.235
Responsabilidade civil	12.278	16.870	8.369	13.057
Marítimos	6.890	8.536	10.172	14.215
Pessoas coletivo	6.847	11.539	8.100	2.640
Habitacional	4.579	3.800	998	37
Automóvel	4.487	1.022	146	351
Riscos financeiros	1.738	14.941	191	1.533
Total	412.628	417.023	367.907	293.521

b.2) *Composição dos prêmios a receber e retrocedidos estimados (EPI)*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2025	2024	2025	2024
Patrimonial	50.985	82.241	16.031	32.704
Pessoas coletivo	25.016	4.050	2.146	1.944
Pessoas individual	13.446	23.375	-	-
Riscos financeiros	7.783	5.137	-	-
Rural	5.834	5.114	4.875	4.958
Responsabilidade civil	1.459	604	101	144
Habitacional	831	521	-	27
Transportes	652	1.895	105	70
Automóvel	55	2.913	-	-
Total	106.061	125.850	23.258	39.847

b.3) *Composição dos prêmios a receber e retrocedidos riscos vigentes não emitidos (RVNE)*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2025	2024	2025	2024
Patrimonial	4.165	3.194	1.066	1.000
Transportes	614	464	11	25
Pessoas individual	309	244	-	-
Rural	305	438	104	194
Pessoas coletivo	234	242	37	27
Aeronáuticos	225	285	203	92
Habitacional	222	174	30	11
Responsabilidade civil	150	124	10	26
Marítimos	65	53	25	15
Riscos financeiros	97	70	0	13
Automóvel	90	57	6	11
Total	6.476	5.345	1.492	1.414

(*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de "Operações com seguradoras" e "Operações com resseguradoras". Vide nota 5a1.

(**) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de "Débitos de operações com seguros e resseguros". Vide nota 5a2.

c) Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos

c.1) *Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos efetivos*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	417.023	364.513	293.521	229.052
Emissões	1.658.610	1.390.617	999.883	774.174
Recebimentos/Pagamentos	(1.639.775)	(1.370.370)	(903.206)	(742.522)
Oscilação cambial	(22.454)	33.571	(22.291)	32.817
Redução ao valor recuperável	(776)	(1.308)	-	-
Saldo no final do exercício	412.628	417.023	367.907	293.521

c.2) *Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos estimados*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	125.850	73.476	39.847	4.083
Constituições	326.100	383.191	157.184	214.089
Reversões (-)	(345.889)	(330.817)	(173.773)	(178.325)
Saldo no final do exercício	106.061	125.850	23.258	39.847

c.3) *Movimentação dos prêmios a receber e retrocedidos riscos vigentes não emitidos*

	Prêmios a receber (*)		Prêmios retrocedidos (**)	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	5.345	4.683	1.414	1.110
Constituições	2.123	1.023	536	534
Reversões (-)	(992)	(361)	(458)	(230)
Saldo no final do exercício	6.476	5.345	1.492	1.414

(*) Os valores demonstrados nos prêmios a receber estão contemplados nas linhas de "Operações com seguradoras" e "Operações com resseguradoras".

(**) Os valores demonstrados nos prêmios retrocedidos estão contemplados na linha de "Débitos de operações com seguros e resseguros".

d) Fluxo de realização dos prêmios a receber e retrocedidos

d.1) *Prazos médios de recebimento*

A Resseguradora possui diversos contratos de resseguro, os quais possuem prazos médios de pagamentos distintos. O prazo de parcelamento médio em 31 de dezembro de 2025 é de 92 dias (76 dias em 2024).

d.2) *Prazos de realização por data de vencimento dos prêmios a receber*

	Prêmios a receber (a)		Prêmios retrocedidos (b)	
	2025	2024	2025	2024
<u>Vincendos</u>				
1 a 30 dias	59.907	196.434	161.302	157.528
31 a 60 dias	262.681	146.031	-	135.993
61 a 120 dias	29.655	23.897	206.605	-
121 a 180 dias	20.420	17.421	-	-
181 a 365 dias	12.731	16.077	-	-
Acima de 365 dias	1.037	911	-	-
Total vincendos	386.431	400.771	367.907	293.521
<u>Vencidos</u>				
1 a 30 dias	3.521	3.930	-	-
31 a 60 dias	8.811	2.199	-	-
61 a 120 dias	5.848	852	-	-
121 a 180 dias	3.314	3.349	-	-
181 a 365 dias	3.772	3.830	-	-
Acima de 365 dias	931	2.092	-	-
Total vencidos	26.197	16.252	-	-
Total de prêmios a receber efetivos	412.628	417.023	367.907	293.521

(a) Vide nota 5a1.

(b) Vide nota 5a2.

A Resseguradora mantém estudo interno e avalia periodicamente se há evidência objetiva de que os prêmios de resseguro a receber possam estar deteriorados. O estudo leva em consideração as contrapartes envolvidas, classificação de *rating* por histórico de inadimplência, clientes com saldos de prêmios já recebidos e ainda não baixados apresentados na rubrica depósito de terceiros.

d.3) *Prazos médios de realização por data de vencimento dos prêmios estimados (EPI)*

	2025	2024
<u>Vincendos</u>		
1 a 30 dias	43.938	107.454
31 a 60 dias	36.206	13.776
61 a 120 dias	25.917	4.620
Total de prêmios a receber (EPI)	106.061	125.850

Os critérios de realização foram compostos de acordo com o prazo de envio da prestação de contas definido nos contratos de resseguro

6. Créditos tributários e previdenciários

a) Circulante	2025	2024
Imposto de renda a compensar	19	-
Contribuição social sobre o lucro líquido	12	-
COFINS a compensar	53	53
PIS a compensar	11	11
Outros impostos	382	382
Total	477	446

b) Não Circulante	2025	2024
Imposto de renda sobre adições temporárias	3.863	2.976
Contribuição social sobre o lucro líquido sobre adições temporárias	2.318	1.786
Total	6.181	4.762

7. Ativo imobilizado

					2025
Imobilizado	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo final
Imóveis (a)	3.511	-	-	(61)	3.450
Móveis e utensílios	33	3	-	(12)	24
Veículos	149	-	-	(110)	39
Equipamentos	135	68	-	(53)	150
Total	3.828	71	-	(236)	3.663

					2024
Imobilizado	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo final
Imóveis (a)	3.572	-	-	(61)	3.511
Móveis e utensílios	47	-	-	(14)	33
Veículos	259	-	-	(110)	149
Equipamentos	171	27	-	(63)	135
Total	4.049	27	-	(248)	3.828

(a) O valor registrado na rubrica de "Imóveis" compreende o terreno e a edificação onde está localizado o escritório de propriedade da Resseguradora.

8. Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas	País	2025				2024			
		Ativo	Passivo	Receitas	Despesas	Ativo	Passivo	Receitas	Despesas
Mapfre Re Companhia de Reaseguros S.A.	Espanha	1.891.540	403.562	963.632	(949.733)	1.499.145	310.267	1.007.910	(793.984)
Grupo Mapfre	Brasil								
Aliança do Brasil Seguros S.A.		1.718	20.117	9.731	(12.403)	24	10.805	5.755	(5.516)
Brasilseg Companhia de Seguros		23.608	144.215	143.406	(126.254)	433	16.448	22.536	(24.657)
Mapfre Investimentos Ltda		-	18	-	(145)	-	12	-	(139)
Mapfre Previdência S.A.		4.750	32.312	28.284	(13.843)	4.594	30.192	25.112	(12.773)
Mapfre Seguros Gerais S.A.		208.227	1.876.950	924.514	(759.408)	238.578	1.629.942	855.858	(823.350)
Mapfre Vida S.A.		3.047	18.605	10.964	(8.058)	4.327	18.484	15.795	(5.430)
Mawdy Ltda*		-	95	-	(468)	-	-	-	(372)
Total		2.132.890	2.495.874	2.080.531	(1.870.312)	1.747.101	2.016.150	1.932.966	(1.666.221)

*Companhia responsável pela auditoria e segurança da informação.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	2025	2024
Honorários de diretoria	1.763	1.759
Encargos sobre honorários da diretoria	602	591
Participação nos lucros	597	569

A Resseguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. Os saldos supramencionados estão registrados na rubrica "Despesas administrativas".

9. Depósitos de terceiros

	2025	2024
De 1 a 30 dias	46.344	40.246
De 31 a 60 dias	965	12.874
De 61 a 120 dias	1.157	25.591
De 121 a 180 dias	1.454	1.307
Total	49.920	80.018

10. Impostos e contribuições

	2025	2024
Imposto de renda a recolher	50.410	37.053
Antecipação de imposto de renda	(48.011)	(35.191)
Contribuição social sobre o lucro líquido a recolher	31.935	23.585
Antecipação de contribuição social sobre o lucro líquido	(28.851)	(21.167)
COFINS a recolher	4.072	2.858
PIS a recolher	662	464
Total	10.217	7.602

11. Obrigações a pagar

	2025	2024
Provisões diversas indedutíveis	9.051	302
Provisão de participação nos lucros	1.324	1.245
Fornecedores e prestadores de serviços	115	1.145
Outros pagamentos – Juros sobre capital próprio/Dividendos	31.940	24.278
Total	42.430	26.970

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia deliberou em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital de R\$ 110.000.000,00 que está em homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, consequentemente aumentando a quantidade de ações ordinárias em 25.174.756 sem valor nominal.

O aumento será realizado aos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social, conforme segue: 1.1. À acionista **Mapfre Re Companhia de Reaseguros S.A.**, R\$ 109.999.995,63 (cento e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais e sessenta e três centavos); 1.2. À acionista **Mawdy Ltda.**, R\$ 4,37 (quatro reais e trinta e sete centavos).

Contudo em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito está representado por R\$ 260.000 (R\$ 150.000 em 2024), dividido em 128.757.841 (103.583.085 em 2024) ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas/quotistas	Quantidade de ações	Valor (em R\$)	Quantidade de ações	Valor (em R\$)
	2025	2025	2024	2024
Mapfre Re, Companhia de Reaseguros S.A.	128.757.838	259.999.997	103.583.083	149.999.997
Mawdy Ltda	3	3	2	3
Total	128.757.841	260.000.000	103.583.085	150.000.000

b) Dividendos

Os acionistas têm direito a receber como dividendos obrigatórios, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social da empresa que está determinado de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado. Conforme deliberado pelos acionistas (AGE de 31 de março de 2025), foi aprovado o pagamento de dividendos extraordinários no valor de R\$ 27.480 referente aos lucros obtidos no exercício de 2024,

valor deduzido da reserva estatutária e pago em setembro de 2025

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, foi calculado o valor de R\$ 36.815 a título de dividendos mínimos obrigatórios, sobre o lucro líquido apurado após a constituição de 5% (cinco por cento) da reserva legal, no decorrer do exercício de 2025 foram deliberados a títulos de juros sobre o capital próprio o valor de R\$ 32.500, provisionado no mesmo exercício através do resultado e deduzidos do dividendo mínimo obrigatório, sendo constituída uma provisão do complemento do dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 4.315, valor deduzido da reserva estatutária.

c) Juros sobre o capital próprio

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, de acordo com a deliberação dos acionistas, foi aprovado a distribuição de juros sobre o capital próprio, com base nos resultados apurados no exercício no valor de R\$ 32.500 (R\$ 27.480 em 2024). O benefício fiscal decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 13.000 (R\$ 10.992 em 2024). O valor da distribuição de juros sobre o capital próprio foi provisionado na rubrica “Obrigações a pagar” R\$ 31.940 (R\$ 24.278 em 2024).

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

e) Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída pela parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição de reserva legal, ou à distribuição de dividendos, sendo limitada ao valor do capital social.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), líquido dos efeitos tributários.

g) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros

Considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os *déficits* de caixa) ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

13. Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR)

O objetivo da Resseguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de maximizar o retorno sobre o capital dos acionistas.

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 e alterações subsequentes, as Sociedades Supervisionadas devem apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital-base (CB) e o capital de risco (CR).

A Resseguradora apurou o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, conforme demonstrado abaixo:

A) Demonstrativo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)

	2025	2024
I - Patrimônio líquido (a)	486.045	390.989
(-) Despesas antecipadas (b)	(7)	(12)
Valor contábil de créditos tributários sobre diferenças temporárias (c)	6.181	4.762
(-) Créditos tributários sobre diferenças temporárias que excederam 15% do CMR (d)	-	-
Valor contábil dos imóveis urbanos (e)	3.449	3.511
(-) Imóveis urbanos (e direitos de vendas) sup. 14% do ativo total ajustado (f)	-	-
1 - Ajustes contábeis (g) = (b + d + f)	(7)	(12)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado – líquidos de impostos (h)	(2.299)	(2.554)
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP (+) (i)	301	126
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições registrados apurado no TAP (+) (j)	51.570	37.356
2 - Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos (k) = (h + i + j)	49.572	34.928
PLA Nível I = (a + g + h - c - e)	474.109	380.151
Mínimo 50% do CMR (r)	207,85%	169,92%
PLA Nível III (c + d + e + f)	9.630	8.273
Máximo 15% do CMR (r)	4,22%	3,70%
Ajuste Excesso 15 % do CMR (r) nível 3 (l)	-	-
PLA Nível II = (i + j)	51.871	37.482
Soma PLA Nível II e III	61.501	45.755
Máximo 50% do CMR (r)	26,96%	20,45%
Ajuste Excesso de 50% do CMR (r) soma nível II e III (m)	-	-
3 - Ajuste do Excesso de PLA de Nível II e PLA de Nível III (n) = (l + m)	-	-
II - Patrimônio líquido ajustado - PLA TOTAL (o) = (a + g + k + n)	535.610	425.905

B) Demonstrativo do Cálculo do Capital Mínimo (CMR)

	2025	2024
III - Capital-base - CB – Resolução CNSP 432/2021 (p)	60.000	60.000
Capital de risco de crédito	87.477	70.014
Capital de risco de subscrição	142.281	158.377
Capital de risco operacional	14.215	11.825
Capital de risco de mercado	35.859	27.085
Benefício da diversificação	(51.730)	(43.579)
IV - Capital de risco - CR (q)	228.102	223.722
V - Capital Mínimo Requerido - CMR - (r) = maior entre (p) e (q)	228.102	223.722
Suficiência de capital (s) = (o - r)	307.508	202.183
Suficiência de capital (% da EC) (s ÷ r)	134,81%	90,37%
VI - Índice de solvência (o ÷ r)	2,35	1,90

14. Provisões técnicas

Detalhamento das provisões técnicas

PASSIVO									
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)		Provisão de sinistros a liquidar (PSL)		Sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)		Provisão de excedentes técnicos (PET)		Total (a)
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025 2024
Patrimonial	285.596	291.790	1.068.113	899.645	448.827	466.347	6.307	6.428	1.808.843 1.664.210
Responsabilidade civil	12.881	14.035	160.575	140.570	80.987	81.811	15	7	254.458 236.423
Automóvel	2.391	3.007	7.347	7.521	47.245	24.176	-	-	56.983 34.704
Transportes	22.912	21.558	33.400	27.122	72.145	25.003	145	120	128.602 73.803
Riscos financeiros	33.320	26.802	95.639	89.314	56.883	26.393	6.257	6.786	192.099 149.295
Pessoas coletivo	25.749	10.048	42.559	76.888	39.654	42.066	7.406	5.104	115.368 134.106
Habitacional	3.819	3.393	1.985	5.213	46.552	28.024	1.352	808	53.708 37.438
Rural	101.694	46.823	94.321	56.102	120.861	89.797	8	8	316.884 192.730
Pessoas individual	37.549	27.843	36.956	19.136	66.532	12.043	28.879	13.910	169.916 72.932
Marítimos	9.324	7.839	14.510	8.099	23.008	4.332	165	164	47.007 20.434
Aeronáuticos	54.791	60.257	90.814	96.701	174.645	106.769	-	-	320.250 263.727
Petróleo	2.218	4.381	825	11	5	-	-	-	3.048 4.392
Provisões técnicas brutas (a)	592.244	517.776	1.647.044	1.426.322	1.177.344	906.761	50.534	33.335	3.467.166 2.884.194

ATIVO

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)		Provisão de sinistros a liquidar (PSL)		Sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)		Provisão de excedentes técnicos (PET)		Total (b)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Patrimonial	125.484	141.797	855.564	691.739	113.383	155.496	1.274	1.257	1.095.705	990.289
Responsabilidade civil	4.357	7.857	141.355	126.025	37.785	50.174	-	-	183.497	184.056
Automóvel	-	-	301	1.463	3.391	3.578	-	-	3.692	5.041
Transportes	340	710	11.386	8.056	4.510	6.409	-	-	16.236	15.175
Riscos financeiros	11.503	5.684	69.272	66.603	11.777	2.222	1.663	1.640	94.215	76.149
Pessoas coletivo	2.525	1.660	5.981	3.720	5.221	2.787	1.536	1.536	15.263	9.703
Habitacional	696	184	266	377	5.349	2.119	173	105	6.484	2.785
Rural	95.525	41.616	93.726	43.326	92.681	54.601	-	-	281.932	139.543
Pessoas individual	2.030	1.266	186	37	280	136	9	10	2.505	1.449
Marítimos	9.308	7.225	11.865	2.615	13.077	1.540	72	72	34.322	11.452
Aeronáuticos	54.764	60.101	89.381	92.142	150.592	79.365	-	-	294.737	231.608
Petróleo	2.207	4.370	825	11	-	-	-	-	3.032	4.381
Ativos de retrocessão (b)	308.739	272.470	1.280.108	1.036.114	438.046	358.427	4.727	4.620	2.031.620	1.671.631
Provisões técnicas líquidas (a) – (b)	283.505	245.305	366.936	390.208	739.298	548.334	45.807	28.715	1.435.546	1.212.563

(a) Os valores estão compostos na linha “Provisões técnicas – resseguradoras”, onde o valor destacado no curto prazo é de R\$ 1.176.811 (R\$ 1.085.264 em 2024) e no longo prazo de R\$ 2.290.355 (R\$ 1.798.930 em 2024).

(b) Os valores estão compostos na linha “Ativos de resseguro e retrocessão – provisões técnicas”, onde o valor destacado no curto prazo é de R\$ 620.727 (R\$ 580.604 em 2024) e no longo prazo de R\$ 1.410.893 (R\$ 1.091.027 em 2024).

a) Passivos de contratos de resseguros – movimentação

	2025					2024				
	PPNG	PSL	IBNR	PET	TOTAL	PPNG	PSL	IBNR	PET	TOTAL
Saldo no início do exercício	517.776	1.426.322	906.761	33.335	2.884.194	467.247	1.094.192	604.033	26.421	2.191.893
Constituições	1.639.952	-	447.713	20.679	2.108.344	1.443.653	-	416.505	7.694	1.867.852
Reversões	(1.544.700)	-	(177.130)	(3.480)	(1.725.310)	(1.427.226)	-	(113.777)	(780)	(1.541.783)
Avisos de Sinistros	-	1.145.252	-	-	1.145.252	-	1.256.053	-	-	1.256.053
Variação IBNER	-	(7.092)	-	-	(7.092)	-	11.031	-	-	11.031
Pagamentos de sinistros	-	(867.986)	-	-	(867.986)	-	(1.016.257)	-	-	(1.016.257)
Oscilação cambial	(20.784)	(49.452)	-	-	(70.236)	34.102	81.303	-	-	115.405
Saldo no final do exercício	592.244	1.647.044	1.177.344	50.534	3.467.166	517.776	1.426.322	906.761	33.335	2.884.194

b) Ativos de contratos de resseguros (retrocessão) - movimentação

	2025					2024				
	PPNG-Retro	PSL - Retro	IBNR - Retro	PET - Retro	TOTAL	PPNG - Retro	PSL - Retro	IBNR - Retro	PET - Retro	TOTAL
Saldo no início do exercício	272.470	1.036.114	358.427	4.620	1.671.631	252.792	749.928	252.817	4.347	1.259.884
Constituições	983.372	-	291.083	180	1.274.635	810.242	-	177.387	356	987.985
Reversões	(927.812)	-	(211.464)	(73)	(1.139.349)	(823.016)	-	(71.777)	(83)	(894.876)
Avisos de Sinistros	-	862.351	-	-	862.351	-	978.099	-	-	978.099
Variação IBNER	-	(7.092)	-	-	(7.092)	-	11.031	-	-	11.031
Recuperações de sinistros	-	(570.135)	-	-	(570.135)	-	(770.904)	-	-	(770.904)
Oscilação cambial	(19.291)	(41.127)	-	-	(60.418)	32.452	68.195	-	-	100.647
Redução ao valor recuperável	-	(3)	-	-	(3)	-	(235)	-	-	(235)
Saldo no final do exercício	308.739	1.280.108	438.046	4.727	2.031.620	272.470	1.036.114	358.427	4.620	1.671.631

15. Cobertura das provisões técnicas

Os ativos designados em garantia das provisões técnicas estão assim compostos:

	2025	2024
Total dos ativos financeiros garantidores (***)	1.712.995	1.346.178
Provisões técnicas		
(+) Provisão de resseguro – PPNG	592.244	517.776
(+) Provisão de sinistros – PSL	1.647.044	1.426.322
(+) Provisão de sinistros – IBNR	1.177.344	906.761
(+) Provisão de resseguro - PET	50.534	33.335
Total das provisões técnicas (a)	3.467.166	2.884.194
Ativos redutores de provisões técnicas		
(-) Provisão de resseguro – PPNG (*)	153.227	133.339
(-) Provisão de sinistros – PSL	1.280.108	1.036.114
(-) Provisão de sinistros – IBNR	438.046	358.427
(-) Provisão de resseguro – PET	4.727	4.620
(-) Direitos creditórios (**)	248.012	269.898
Total dos ativos redutores (b)	2.124.120	1.802.398
Total a ser coberto (a) – (b)	1.343.046	1.081.796
Suficiência	369.949	264.382

(*) O valor informado está calculado de acordo com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

(**) Utilização dos direitos creditórios, conforme disposto no artigo 49, da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.

(***) Conforme § 2º, art. 84 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros serão considerados pelo seu valor justo.

16. Gerenciamento de riscos

Objetivos e Estrutura Organizacional

A Mapfre Re do Brasil adota um sistema de governança corporativa estruturado, com o objetivo de assegurar a identificação, avaliação e gestão de riscos de forma tempestiva e eficaz. Esse sistema está alinhado às diretrizes da matriz da resseguradora e às regulamentações vigentes no Brasil, garantindo a conformidade e a eficiência na condução das operações.

Os principais elementos que compõem essa estrutura incluem as áreas de Gestão de Riscos, Conformidade, Controles Internos, Auditoria Interna, além dos comitês internos e independentes que integram a governança da Companhia. Esses elementos desempenham papéis fundamentais na mitigação de riscos e na promoção da transparência e da integridade organizacional.

A área de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos está diretamente subordinada ao Diretor de Controles Internos, assegurando uma supervisão adequada e alinhada aos objetivos estratégicos da Companhia. Essa estrutura está em conformidade com a Resolução CNSP nº 416/2021, bem como suas alterações posteriores. Além disso, a Mapfre Re do Brasil está enquadrada no Segmento S2, conforme estabelecido pela Resolução CNSP nº 388/2020 e suas atualizações, garantindo que sua governança esteja adaptada à natureza e à complexidade das operações realizadas pela resseguradora.

A área de Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos no Brasil opera de forma integrada com a área de Gestão de Riscos da matriz, bem como com a Diretoria Corporativa de Gestão de Riscos do Grupo Mapfre, promovendo sinergia entre as unidades e alinhamento com as diretrizes globais do Grupo.

A Unidade de Auditoria Interna (UAI) está subordinada diretamente à Secretaria de Auditoria Interna (SAI) do Grupo Mapfre, garantindo independência e imparcialidade na condução dos trabalhos de auditoria.

Adicionalmente, para fortalecer a avaliação de riscos e apoiar na tomada de decisões estratégicas, a Mapfre Re do Brasil conta com comissões e comitês internos, além de comitês independentes, como o Comitê de Auditoria e Riscos, que desempenham papel essencial na supervisão e na governança corporativa da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é uma atividade essencial para todas as operações da Resseguradora, desempenhando um papel estratégico ao agregar valor ao negócio. Esse processo fornece suporte às áreas de negócio no planejamento e execução de atividades, permitindo a maximização da utilização de recursos próprios e de terceiros de forma eficiente e segura.

A Resseguradora dispõe de um sistema de gestão de riscos em constante evolução, fundamentado nas diretrizes do modelo internacional COSO II-ERM e nas premissas da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Em completa conformidade com a regulamentação vigente e com as políticas corporativas globais do Grupo Mapfre, o sistema promove uma gestão integrada de cada processo de negócio, garantindo a adequação dos níveis de risco aos objetivos estratégicos da empresa.

Participação na Governança Corporativa

O processo de gerenciamento de riscos envolve todas as instâncias da governança corporativa, desde a alta Administração até as diferentes áreas de negócios e produtos, assegurando uma abordagem colaborativa na identificação, tratamento e monitoramento dos riscos.

Ferramentas de Gestão de Riscos

A gestão dos riscos corporativos é apoiada por ferramentas quantitativas e qualitativas, que incluem:

- Testes de adequação de passivos;
- Análises de sensibilidade;
- Indicadores de solvência de capital;
- Coleta de informações sobre perdas;
- Avaliações de risco internas;
- Resultados de testes e controles.

Essas ferramentas permitem à Resseguradora monitorar e avaliar continuamente sua exposição a riscos, garantindo a implementação de medidas eficazes para mitigação e controle.

Comitês de Gerenciamento de Riscos

Para assegurar a integração e a eficácia no processo de gerenciamento de riscos, a Resseguradora conta com os seguintes comitês:

Comitê de Direção: é responsável por assegurar a agilidade e qualidade nas decisões estratégicas da Resseguradora. Ele define a estratégia de negócios em conformidade com as diretrizes e regras estabelecidas pela Mapfre Re, Companhia de Reaseguros S.A., matriz da Resseguradora.

Comitê de Auditoria e Riscos: órgão estatutário cuja finalidade é assessorar o Comitê de Direção no exercício de suas funções de auditoria e fiscalização. Suas principais atribuições incluem:

1. Revisar as demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis vigentes;
2. Avaliar a qualidade do sistema de controles internos, em conformidade com a regulamentação aplicável e os códigos internos;
3. Avaliar a eficácia das auditorias independentes e internas;
4. Propor ao Comitê de Direção o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos relacionados às suas competências.

Comitê de Investimentos: esse comitê, constituído pela Mapfre Investimento Ltda., tem como objetivo orientar a Mapfre Re do Brasil na gestão dos seus ativos financeiros. Ele analisa os investimentos realizados, avaliando os benefícios e os retornos econômico-financeiros, com base em premissas de segurança, rentabilidade, solvência, conformidade com a legislação e as políticas do Grupo Mapfre. Além disso, o comitê acompanha o cumprimento das políticas financeiras definidas pela alta Administração do Grupo e presta suporte na definição de estratégias e medidas voltadas à gestão financeira da Companhia.

Comitê de remuneração: o comitê de remuneração foi constituído em conformidade com a Resolução CNSP nº476/2024 e tem como objetivo principal assegurar que as políticas e práticas de remuneração da Companhia estejam alinhadas à sua estratégia corporativa, ao apetite e à tolerância ao risco, bem como à sustentabilidade financeira de longo prazo. O Comitê avalia periodicamente a aderência das políticas de remuneração às regulamentações aplicáveis e às melhores práticas de governança, propondo ajustes sempre que necessário para garantir transparência, equidade e alinhamento entre desempenho, risco incorrido e resultados obtidos.

Gestão e Mitigação de Riscos nas Operações da Resseguradora

A Resseguradora está exposta a diversos tipos de riscos inerentes às suas operações, que podem impactar, em maior ou menor grau, seus objetivos estratégicos e financeiros. Para garantir a estabilidade e a sustentabilidade de suas atividades, a Companhia adota uma Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) robusta e integrada, que está alinhada às diretrizes globais do Grupo Mapfre e à regulamentação vigente.

Principais Riscos Gerenciados

A Estrutura de Gestão de Riscos da Resseguradora contempla, como base mínima, a gestão dos seguintes riscos:

- **Risco de Subscrição;**
- **Risco de Crédito;**
- **Risco de Mercado;**
- **Risco de Liquidez;**

- **Risco Operacional;**
- **Risco Reputacional;**
- **Risco Regulatório;**
- **Risco Estratégico;**
- **Risco Cibernético e de Tecnologia da Informação;**
- **Risco de Continuidade de Negócios;**

O objetivo desta nota é apresentar uma visão geral sobre essas exposições, bem como detalhar os critérios e práticas adotados pela Resseguradora para a gestão e mitigação de cada um dos riscos mencionados.

Políticas de Gestão de Riscos

A Administração revisa e estabelece políticas específicas para a gestão dos seguintes riscos:

- **Risco de Subscrição:** Relacionado às operações de aceitação e cessão de riscos, buscando assegurar a solvência e a segurança das operações.
- **Risco de crédito:** Gerenciado por meio da avaliação da qualidade de contrapartes e do monitoramento contínuo da exposição a inadimplências.
- **Risco de liquidez:** Monitorado para garantir que a Resseguradora mantenha recursos suficientes para cumprir suas obrigações financeiras em tempo hábil.
- **Risco de mercado:** Inclui a gestão de variações nos preços de ativos financeiros, taxas de câmbio e juros, com foco na preservação do patrimônio da Companhia.
- **Risco operacional:** Envolve a identificação e mitigação de falhas em processos internos, sistemas, pessoas e eventos externos que possam impactar as operações.

Objetivo e Práticas de Mitigação

O principal objetivo da gestão de riscos é identificar, avaliar e mitigar os principais fatores que possam comprometer a estabilidade financeira e operacional da Resseguradora. Para isso, a Companhia adota critérios e práticas que incluem:

- Diversificação de carteiras de contratos e ativos;
- Estabelecimento de limites e diretrizes prudenciais de subscrição e crédito;
- Monitoramento contínuo das exposições a riscos;
- Implementação de políticas específicas para cada tipo de risco;
- Avaliação da capacidade financeira das contrapartes e dos fatores dinâmicos de mercado.

Essas práticas são complementadas por ferramentas estatísticas e qualitativas, como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, indicadores de solvência de capital, coleta de informações sobre perdas e avaliação de riscos internos.

A abordagem integrada e colaborativa da Estrutura de Gestão de Riscos permite à Resseguradora monitorar e ajustar seus processos continuamente, garantindo a mitigação eficaz de riscos e a proteção dos interesses da Companhia e de seus stakeholders.

Risco de Subscrição

O principal risco enfrentado pela Resseguradora nos contratos de resseguro está relacionado ao fato de que os pagamentos de sinistros podem não corresponder às expectativas de sinistralidade previstas para os contratos. Esse risco é influenciado por fatores como a frequência dos sinistros, sua severidade, os valores efetivamente pagos e o histórico de sinistros ao longo do tempo. Diante disso, o objetivo da Resseguradora é garantir a manutenção de reservas suficientes para a cobertura desses passivos.

A exposição a esse risco é mitigada por meio da diversificação da carteira de contratos de resseguro. Essa diversificação é aprimorada por meio de uma seleção criteriosa de riscos, implementação de diretrizes prudenciais na definição da estratégia de subscrição e monitoramento contínuo, permitindo ajustes necessários para assegurar a estabilidade da carteira. Os critérios para avaliação dos riscos são estabelecidos em conformidade com as diretrizes da Mapfre Re, Companhia de Reaseguros S.A.

Além disso, a Resseguradora utiliza a retrocessão como parte de seu programa de gestão de riscos, com o objetivo de reduzir a volatilidade e ampliar sua capacidade de absorção de riscos. A retrocessão cedida é estruturada em bases proporcionais, nas quais a Resseguradora cede os riscos na mesma proporcionalidade em que os sinistros são recuperados. Já as proteções adquiridas são contratadas em bases não proporcionais, nas quais a retrocessionária se compromete a cobrir os valores dos sinistros que excedam um limite (prioridade) previamente acordado, reduzindo, dessa forma, eventuais perdas financeiras da Resseguradora.

Prêmios emitidos por tipo de contrato

Para efeito de análise de risco, a Resseguradora considera o Brasil como uma única região geográfica, não realizando a segregação dos prêmios por regiões específicas dentro do território nacional. A análise de prêmios é conduzida com base na totalidade do mercado brasileiro, proporcionando uma visão consolidada dos riscos.

A tabela a seguir apresenta a concentração dos prêmios emitidos e o comissionamento dos contratos de resseguro por grupo de ramos:

	Prêmios emitidos brutos		Comissões de resseguros		Prêmios líquidos	
	(a)		(cedentes)		(c) = (a) – (b)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Patrimonial	1.067.475	1.010.436	102.597	103.429	964.878	907.007
Rural	293.651	167.607	63.351	26.718	230.300	140.889
Aeronáutico	139.329	136.809	24.008	23.059	115.321	113.750
Pessoas individual	109.315	69.594	9	48	109.305	69.546
Riscos financeiros	77.974	61.648	28.562	23.164	49.412	38.484
Transporte	52.548	47.459	1.687	2.116	50.861	45.343
Pessoas coletivo	46.970	65.690	(464)	4.532	47.434	61.158
Responsabilidade civil	26.670	31.462	2.490	2.548	24.180	28.914
Habitacional	21.569	18.656	4.527	3.124	17.042	15.532
Marítimo	16.508	11.670	661	594	15.847	11.076
Automóvel	11.605	13.104	645	1.150	10.960	11.954
Petróleo	4.411	-	-	-	4.411	-
Total	1.868.025	1.634.135	228.073	190.482	1.639.952	1.443.653

A tabela a seguir demonstra a concentração dos prêmios emitidos líquidos dos contratos de retrocessão por grupos de ramos:

	Prêmios emitidos líquidos	
	2025	2024
Patrimonial	373.043	382.011
Pessoas individual	108.001	68.219
Transporte	47.631	41.167
Riscos financeiros	35.584	33.740
Pessoas coletivo	35.296	48.822
Habitacional	14.889	14.585
Responsabilidade civil	14.347	11.189
Rural	14.277	19.885
Automóvel	10.702	10.937
Aeronáutico	2.061	2.060
Marítimo	743	796
Petróleo	6	-
Total	656.580	633.411

	Prêmios emitidos líquidos por moeda	
	2025	2024
Real - BRL	608.992	601.023
Dólar - USD	47.588	32.388
Total	656.580	633.411

Principais premissas

A principal premissa relativa às estimativas de passivos é a evolução de sinistros futuros da Resseguradora que seguirá um padrão semelhante ao de sinistros passados. Isso inclui premissas relativas ao custo médio de sinistros, custo de tratamento de sinistros, fatores de inflação sobre o valor e número de sinistros para cada exercício, tendo o fato que não observamos nenhum fator futuro que altere esta premissa.

Sensibilidade

Os passivos de contratos de resseguro dos ramos elementares são sensíveis às principais premissas apresentadas abaixo. A análise a seguir é realizada para variações razoavelmente possíveis nas principais premissas, mantendo todas as demais premissas constantes, mostrando

o impacto sobre passivo bruto e líquido, lucro antes dos impostos e patrimônio líquido. A correlação de premissas terá um efeito significativo na determinação do passivo por sinistros, contudo, para demonstrar o impacto de mudanças nas premissas, essas tiveram que ser alteradas de forma individual. As variações nas referidas premissas não são lineares.

Os percentuais de variação das premissas são calculados com base na variação dos sinistros incorridos considerando a média dos últimos 36 (trinta e seis) meses sendo aplicados sobre a Provisão de Sinistros líquida dos efeitos de retrocessão.

					2025
Premissas	Variação das premissas	Bruto de retrocessão	Líquido de retrocessão	Impacto sobre o lucro antes dos impostos	Impacto sobre o patrimônio líquido (*)
Elevação nas provisões de sinistros	1,07%	(50.023)	38.117	(11.906)	(7.143)

(*) O impacto sobre o patrimônio líquido reflete ajustes de impostos.

Tabela de evolução de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros ilustra a evolução dos sinistros incorridos acumulados pela Resseguradora para cada ano de subscrição dos contratos. Partindo do ano em que o contrato de resseguro foi subscrito, a parte superior do quadro demonstra a evolução dos sinistros incorridos acumulados no decorrer dos anos. Os montantes de sinistros incorridos acumulados variam à medida que as informações mais atualizadas são obtidas por meio das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis na data-base dessas demonstrações financeiras e a tabela de desenvolvimento de sinistros está líquida dos efeitos de IBNR.

Sinistros brutos de Retrocessão

	Ano de subscrição do contrato																	
Montante avisado de sinistros	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	Total
No ano de subscrição	208.351	480.891	197.876	170.402	201.430	213.121	39.939	80.480	10.635	9.241	17.803	31.981	67.099	75.854	25.432	27.790	28.387	1.886.712
Um ano após o ano de subscrição	-	822.742	558.305	479.832	565.031	606.650	131.054	98.531	57.825	41.818	44.888	87.068	90.329	99.722	116.334	82.287	50.176	3.932.592
Dois anos após o ano de subscrição	-	-	154.504	198.510	103.096	112.809	87.925	67.397	29.955	17.572	16.261	36.831	12.134	22.245	22.034	39.576	16.242	937.091
Três anos após o ano de subscrição	-	-	-	4.320	52.092	2.717	23.506	17.920	7.378	29.491	4.234	9.388	69.072	30.477	7.721	2.858	2.192	263.366
Quatro anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	26.366	24.141	12.746	11.838	841	2.238	(293)	(1.227)	3.087	(1.815)	6.562	(876)	2.092	85.700
Cinco anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	30.730	17.437	8.711	2.376	(4.709)	1.524	1.234	6.044	28.173	6.208	6.397	1.964	106.089
Seis anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	22.776	(2.633)	2.005	6.125	2.353	(1.448)	5.138	10.318	7.159	(6.436)	(517)	44.840
Sete anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	832	1.979	2.819	3.505	1.828	(8.241)	5.070	457	(492)	7.481
Oito anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	(740)	3.522	1.332	1.523	8.482	(3.207)	858	(4.982)	839	7.627
Nove anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.915	300	174	1.577	(954)	1.616	(3.229)	2.777	11.176
Dez anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	440	1.119	(2.820)	(858)	(4.025)	1.094	305	(4.745)
Onze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(816)	1.289	2.177	1.520	1.289	5.494
Doze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.357	1.075	(3.070)	984	7.264	7.610
Treze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.281)	536	1.347	106	(4.292)
Quatorze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.370	4.018	1.454	6.842
Quinze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	432	(246)	186
Dezesseis anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.018)	(3.018)
Total de sinistros avisados até a data-base (2025)	208.351	1.303.633	910.685	853.064	948.015	990.168	335.383	281.968	111.107	116.192	91.661	170.183	262.511	247.797	195.982	153.237	110.814	7.290.751
Pagamento de sinistros efetuados	54.547	656.529	650.276	738.131	838.446	852.846	279.927	253.617	104.885	89.561	87.479	162.437	189.615	241.551	190.642	148.119	105.099	5.643.707
Sinistros pendentes na data-base (2025)	153.804	647.104	260.409	114.933	109.569	137.322	55.456	28.351	6.222	26.631	4.182	7.746	72.896	6.246	5.340	5.118	5.715	1.647.044

Recuperação de sinistros de Retrocessão

	Ano de subscrição do contrato																	
Montante avisado de sinistros	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	Total
No ano de subscrição	169.354	555.878	147.378	142.771	168.138	195.210	28.853	85.546	3.177	4.408	17.748	12.780	31.647	59.234	12.677	17.222	6.331	1.658.352
Um ano após o ano de subscrição	-	626.103	294.589	315.376	334.800	463.506	40.118	21.120	4.150	2.094	19.449	20.296	25.817	56.096	95.068	61.877	22.972	2.403.431
Dois anos após o ano de subscrição	-	-	94.897	141.923	39.912	52.168	14.145	13.393	1.867	3.067	10.449	3.200	2.556	10.843	(6.313)	22.376	8.353	412.836
Três anos após o ano de subscrição	-	-	-	(9.623)	34.109	(26.516)	2.261	11.124	(298)	23.042	(44)	2.684	60.241	26.880	4.406	5.289	567	134.122
Quatro anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	26.596	22.685	(920)	3.449	(3)	510	234	(2)	5.711	(3.155)	2.422	(1.676)	1.368	57.219
Cinco anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	14.717	6.487	3.343	111	(7.924)	(4)	79	(230)	23.049	1.908	3.948	666	46.150
Seis anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	1.453	(2.598)	7	5.468	210	(2.175)	3.199	10.975	3.397	(5.214)	(193)	14.529
Sete anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	2.757	102	257	207	424	125	(11.508)	2.355	438	283	(4.560)
Oito anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1.376	1	221	119	(2.781)	641	(6.079)	372	(6.125)
Nove anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.716	(205)	(482)	619	(735)	740	(3.878)	847	5.622
Dez anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	96	(140)	188	(3.314)	225	174	(2.740)
Onze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(157)	316	60	1.142	1.966	619	3.946
Doze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.150)	265	(1.441)	442	6.431	(453)
Treze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	127	803	361	427	1.718
Quatorze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	365	1.742	1.441	3.548
Quinze anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(66)	(480)	(546)
Dezesseis anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.230)	(3.230)
Total de sinistros avisados até a data-base (2025)	169.354	1.181.981	536.864	590.447	603.555	721.770	92.397	138.134	9.118	41.014	48.076	36.964	123.830	169.538	114.856	98.973	46.948	4.723.819
Pagamento de sinistros efetuados	49.095	588.837	370.193	507.870	515.544	635.400	66.841	118.689	8.907	15.387	47.428	35.111	63.357	168.690	112.407	97.093	42.861	3.443.710
Sinistros pendentes de retrocessão na data-base (2025)	120.259	593.144	166.671	82.577	88.011	86.370	25.556	19.445	211	25.627	648	1.853	60.473	848	2.449	1.880	4.087	1.280.109

À medida que os sinistros ocorrem e existe maior certeza em relação ao seu custo final, o nível relativo de margem mantida deve ser reduzido.

Gerenciamento de riscos

A Estrutura de Gestão de Riscos – EGR é composta minimamente pelos seguintes riscos:

- Subscrição;
- Crédito;
- Mercado;
- Liquidez;
- Operacional; e
- Continuidade de Negócios.

Adicionalmente, a Companhia está implementando o controle dos seguintes riscos:

- Conformidade;
- Cibernético;
- Estratégico; e
- Tecnologia e Informação.

Risco de crédito

O risco de crédito é definido como o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, decorrente da incapacidade de uma contraparte contratual de cumprir total ou parcialmente suas obrigações com a Resseguradora. Para mitigar este risco, a Administração da Mapfre Re estabelece políticas rigorosas que garantem o cumprimento de limites e evitam exposições excessivas ao risco de crédito. Esse controle é realizado por meio do monitoramento constante e da aplicação de diretrizes específicas para ativos financeiros, tanto individuais quanto coletivos, que compartilham riscos semelhantes. Essas políticas consideram a capacidade financeira das contrapartes para honrar suas obrigações, bem como fatores dinâmicos de mercado.

O risco de crédito pode se materializar, principalmente, nas seguintes situações:

- a) Perdas devido à inadimplência, como o não pagamento do prêmio ou de suas parcelas por seguradoras;
- b) Risco de que emissores de títulos privados não cumpram com os pagamentos previstos no vencimento; e
- c) Colapso ou deterioração da capacidade de crédito de resseguradores, intermediários ou outras contrapartes.

Exposição ao risco de crédito de resseguro/retrocessão

A Administração da Mapfre Re avalia que, nas operações de resseguro, a exposição ao risco de crédito é moderada, considerando que a Resseguradora opera com uma ampla carteira de clientes, todos supervisionados pela SUSEP e abrangendo diversos produtos. Para mitigar os riscos, são adotadas políticas conservadoras de controle e análise de crédito.

Nas operações de retrocessão, a Resseguradora enfrenta uma possível concentração de risco em retrocessionárias individuais. Por isso, os procedimentos de retrocessão somente podem ser alterados ou efetivados após uma análise prévia de crédito da contraparte e mediante autorização expressa da controladora, garantindo maior segurança nas operações.

As aplicações financeiras que representam a exposição máxima ao risco de crédito, assim como os compromissos futuros, são apresentadas pelo valor bruto, antes de qualquer mitigação, que pode ser realizada por meio de contratos principais de liquidação ou avais, conforme detalhado na Nota 5.

Ativos financeiros	Agência	Rating		Valor Contábil	
		2025	2024	2025	2024
Títulos públicos (*)	Standard & Poor's	BB-	BB-	1.716.826	1.350.434

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 311.362 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 122.625 em 2024), com lastro em títulos públicos.

O sistema de classificação de risco de crédito da Resseguradora é baseado em uma metodologia robusta, que combina estudos financeiros detalhados com informações mercadológicas, processadas para oferecer os principais insumos necessários à mensuração dos riscos associados a cada contraparte. Os ratings internos de risco são ajustados às diferentes categorias de ativos e passivos e seguem rigorosamente a política de classificação de riscos estabelecida pela Resseguradora. Além disso, os ratings atribuídos são regularmente avaliados e atualizados para garantir sua precisão e aderência às condições de mercado e à capacidade financeira das contrapartes.

A Resseguradora realizou uma avaliação detalhada dos ativos e passivos originados de contratos de resseguro e retrocessão, conforme apresentado na tabela abaixo:

Resseguradores (a)	Agência Certificadora	Rating	2025			2024		
			Ativo (b)	Passivo	Líquido	Ativo (b)	Passivo	Líquido
Local I	AM Best	A	181	-	181	135	-	135
Local II	Standard & Poor's	AAA	5.143	(682)	5.825	16.184	752	15.432
Local III	Standard & Poor's	AA	136	2.631	(2.495)	-	1.327	(1.327)
Admitida I	Standard & Poor's	A	1.186.555	342.371	844.184	920.643	267.369	653.274
Admitida II	Standard & Poor's	A+	20.802	1.229	19.573	16.060	4.368	11.692
Eventual I	Standard & Poor's	A+	18.473	3.131	15.342	23.761	2.176	21.585
Eventual II	Moody's	A3	11.836	779	11.057	11.653	530	11.123
Eventual III	Moody's	A3	138.867	10.655	128.212	112.980	10.695	102.285
Eventual IV	Moody's	A1	2.241	2.806	(565)	1.898	512	1.386
Total			1.384.234	362.920	1.021.314	1.103.314	287.729	815.585

(a) O *rating* das resseguradoras estrangeiras foi extraído do site da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), enquanto os das resseguradoras locais foram extraídos das agências certificadoras.
(b) O valor está composto pela "Provisão de sinistros a liquidar" mais a rubrica "Operações com resseguradores". A Resseguradora não considera os prêmios estimados para composição da nota, uma vez que eles não são líquidos e certos.

Durante o exercício, os limites de exposição ao crédito estabelecidos pela política de classificação de risco da Resseguradora foram devidamente respeitados, sem qualquer ocorrência de excedente. Além disso, não foi identificada evidência objetiva de deterioração nos passivos relacionados às operações de retrocessão, indicando que as contrapartes mantiveram sua capacidade de cumprir com as obrigações contratuais.

Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à dificuldade que uma empresa pode ter em converter seus ativos em caixa de forma rápida e eficiente sem afetar significativamente seu valor. Isso pode ocorrer devido a fatores internos, como baixa demanda por seus produtos ou dificuldade em acessar fontes de financiamento, ou externos, como crise econômica ou mudanças no mercado. É importante que as empresas avaliem e gerenciem adequadamente seu risco de liquidez para assegurar a estabilidade financeira a longo prazo.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de resseguro.

Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

A metodologia adotada pela Mapfre Re está baseada com os mesmos critérios e premissas utilizados no cálculo prospectivo de projeção de fluxo de caixa do teste de adequação de passivo (TAP), estressando as entradas e saídas dos fluxos líquidos de ativos de resseguros, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela Companhia nos contratos comercializados até a data-base do cálculo. Os fluxos de entradas e saídas utilizados para o lançamento de receitas

provenientes de prêmios utilizadas nas projeções, considera os contratos vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo. Com base nos níveis de dispersão apurados nos diversos cenários projetados, adotou-se o modelo mais conservador, considerando a média do fluxo pessimista com o máximo de sinistralidade prevista. O fator de risco de liquidez será revisto anualmente.

A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho.

Provisão a cobrir líquida de resseguros (a) (*)	1.591.058
Fator de risco de liquidez (b)	3,26%
Risco de liquidez (c)=(a)*(b)	51.868
Suficiência de Cobertura de Reserva (d)	369.949
Índice de liquidez (c)/(d)	12%

(*) composto somente pelas provisões técnicas, excluindo os direitos creditórios

Nível - Risco de liquidez
 0% - 30% - Zona Verde
 > 30% - 70% - Zona Amarela
 > 70% - Zona Vermelha

Classificação do nível de liquidez - Zona Verde

A Companhia através da sua avaliação, permanece em equilíbrio na sua liquidez, demonstrando capacidade de honrar suas variações no seu fluxo de caixa, sem apresentar problemas de insuficiência.

Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para os contratos de resseguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios desses ramos.

Conforme a tabela abaixo, a liquidez está garantida por aplicações financeiras classificadas a valor justo por meio do resultado (VJR), que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e geram fluxos de caixa positivos nas operações.

	Fluxo de Ativos	Fluxo de Passivos
Fluxo até 1 ano	1.640.735	896.000
Fluxo até 5 anos	2.284.155	2.161.712
Fluxo acima de 5 anos	87.901	119.410
Total	4.012.791	3.177.122

(*) O fluxo de ativos considera as aplicações financeiras e os ativos de resseguros compostos no fluxo da LAT. As aplicações classificadas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR), podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(**) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas compostas no fluxo da LAT. Os fluxos consideram a avaliação de ALM - Asset Liability Management da Resseguradora.

Risco de mercado

Risco de mercado consiste no risco de flutuações no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado compreende 3 (três) modalidades de risco: taxa de câmbio (risco de moeda), taxa de juros de mercado (risco de taxa de juros) e preços de mercado (risco de preço).

A política da Resseguradora para risco de mercado estabelece a realização periódica de análise de sensibilidade do valor da carteira de aplicações ao risco de mercado através do Comitê de Investimentos.

- (a) Risco de taxa de câmbio: risco de moeda é o risco de flutuações no valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a mudanças em taxas de câmbio. As transações da Resseguradora são realizadas em reais. Para o risco de moeda, a Resseguradora mantém avaliação sobre o risco de descasamento de saldos ativos e passivos em moeda estrangeira. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas (diferença entre ativos e passivos de operações em moeda estrangeira), com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento. Em 31 de dezembro de 2025, a Resseguradora possui uma exposição líquida ativa em moeda estrangeira na ordem de R\$ 116.500 (R\$ 107.821 em 2024).
- (b) Risco de taxa de juros de mercado: o risco de taxa de juros consiste no risco de flutuações no valor ou nos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os instrumentos de renda fixa expõem a Resseguradora a risco de juros a valor justo.

Sensibilidade a taxas de juros

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros; e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da sua relevância nas posições ativas e passivas da Resseguradora.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em exercício recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.

A análise de sensibilidade considerou o valor justo de todos os ativos financeiros detidos pela Companhia na data-base das demonstrações financeiras no montante de R\$ 1.712.995 (R\$ 1.346.178 em 2024), inclusive o valor justo dos ativos classificados a custo amortizado, que não serão resgatados antes do seu vencimento, uma vez que a Companhia possui plena capacidade financeira de mantê-los até o seu vencimento.

	2025
	Impacto no patrimônio líquido/resultados (bruto de impostos)
Fator de risco	
Taxa de juros e cupons	
a) Elevação de taxas	12.421
b) Redução de taxas	(12.901)

Parâmetros: 100 *basis point* nas estruturas de taxas de juros vigentes.

Risco operacional

O risco operacional é definido como o risco de prejuízos, sejam diretos ou indiretos, resultantes de uma ampla gama de causas relacionadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e fatores externos, excluindo os riscos de crédito, mercado e liquidez. Esses fatores incluem, entre outros, exigências legais e regulatórias, bem como padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação de controles para mitigar os riscos operacionais é atribuída à Direção Executiva, em conjunto com a Alta Administração da Mapfre Re Companhia de Reaseguros S.A. Para evitar perdas decorrentes de inobservância, violação ou não conformidade com normas e instruções internas, a Resseguradora adota mecanismos robustos de avaliação e gestão do sistema de controle interno, que abrangem as seguintes atividades:

- Segregação adequada de funções, garantindo independência e segurança nos processos;
- Cumprimento rigoroso das exigências legais e regulatórias;
- Monitoramento contínuo das operações para identificar e corrigir desvios;
- Formalização de controles e procedimentos internos;
- Avaliação periódica dos riscos operacionais, com adequação dos controles e procedimentos necessários para tratar e monitorar os riscos identificados;
- Implantação, monitoramento e reporte do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), incluindo ações corretivas para as perdas identificadas, quando aplicável;
- Implementação e gestão do Plano de Continuidade de Negócios (PCN), assegurando a capacidade de resposta a situações de crise; e
- Promoção da cultura organizacional baseada em conduta ética, valores corporativos e fortalecimento dos controles internos.

Com base nessas diretrizes, a Companhia realiza o mapeamento de seus processos-chave, identificando os riscos e os controles necessários para garantir uma visão clara dos principais riscos enfrentados e das medidas de mitigação aplicadas.

O ambiente de controle interno desempenha um papel fundamental na gestão do risco operacional, contribuindo por meio de autoavaliações de riscos e controles que auxiliam na identificação e mapeamento desses riscos. Além disso, o Grupo Mapfre conta com uma Diretoria Corporativa de Auditoria Interna, que elabora o Plano Anual de Auditoria Interna (PAI). Esse plano é submetido à análise e aprovação do Comitê Diretivo e do Comitê de Auditoria, garantindo um acompanhamento sistemático e estratégico da gestão de riscos dentro da organização.

Risco Cibernético

Com a publicação da Circular SUSEP nº 638, de 03 de agosto de 2021, a Companhia implementou uma robusta gestão de risco cibernético, em conformidade com o Sistema de Controles Internos (SCI) e com a Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) da organização. Essa gestão segue diretrizes específicas, incluindo:

- Classificação dos dados conforme sua relevância e sensibilidade;
- Desenvolvimento e aplicação de procedimentos e controles de segurança cibernética para proteção contra ameaças; e
- Avaliação criteriosa da terceirização de serviços e processamento de dados, com a respectiva classificação de relevância e riscos associados.

A análise da natureza e complexidade das operações, considerando sua exposição ao risco cibernético, é realizada de forma integrada com a Diretoria de Segurança e Meio Ambiente do Grupo Mapfre, sediada na Espanha. Essa abordagem permite que a Companhia mantenha um alinhamento estratégico global e proporcione uma gestão eficaz desse risco, considerando seu porte e suas operações.

Risco de Continuidade de Negócio

O risco de continuidade de negócios visa garantir que a Companhia esteja preparada para responder de forma adequada e oportuna a eventos de segurança ou ambientais com características catastróficas. Esses eventos podem gerar indisponibilidade de componentes essenciais para as atividades de resseguro, como: pessoas, edifícios e escritórios, tecnologia, informações e prestadores de serviços.

A gestão desse risco foca na redução dos impactos de eventos catastróficos, assegurando que os dados e funções essenciais sejam preservados ou, caso isso não seja possível, que sejam recuperados de forma eficiente e progressiva até o retorno à normalidade. O Plano de Continuidade de Negócios (PCN) é utilizado como ferramenta estratégica para garantir a resiliência da Companhia e a mitigação de possíveis prejuízos.

Risco de Conformidade

O gerenciamento do risco de conformidade tem como objetivo garantir que a Resseguradora opere em conformidade com o sistema regulatório vigente, por meio da identificação, análise, avaliação e reporte de riscos legais associados às suas atividades.

O risco legal é definido como a possibilidade de que mudanças regulatórias, jurisprudenciais ou administrativas causem impactos adversos à Companhia. Já o risco de não conformidade refere-se à possibilidade de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras significativas ou danos à reputação, que possam surgir do descumprimento de leis, regulamentos, regras, normas internas e externas ou requisitos administrativos aplicáveis à atividade de resseguros.

A gestão eficaz desses riscos é um pilar fundamental para o crescimento sustentável e rentável da Companhia, contribuindo para sua solvência, integridade, reputação e para o alcance de seus objetivos estratégicos.

Risco de Tecnologia e Informação

O Grupo Mapfre possui uma estrutura corporativa robusta, sediada na Espanha, que assegura a adaptação, implementação, melhoria e monitoramento contínuo da segurança da informação em nível organizacional. No Brasil, a Diretoria Corporativa de Segurança desempenha um papel essencial ao realizar o gerenciamento da estrutura de controle de riscos de tecnologia e informação em conjunto com a estrutura corporativa global, garantindo alinhamento estratégico e operacional.

A Companhia, por meio da Diretoria Corporativa de Meio Ambiente, define e aplica a metodologia de "Análise e Gestão de Riscos" adotada pelo Grupo, que considera medidas de controle e monitoramento contínuo, com todos os riscos devidamente mapeados e controlados.

Essa integração entre as diretorias corporativas do Brasil e da Espanha permite uma gestão coordenada e eficaz dos riscos tecnológicos, assegurando que a infraestrutura tecnológica da Companhia esteja sempre atualizada, protegida contra vulnerabilidades e preparada para mitigar riscos relacionados à obsolescência, falhas operacionais e ameaças à segurança da informação. Essa abordagem integrada fortalece a resiliência da Companhia e contribui para a continuidade segura de suas operações.

17. Detalhamentos das contas de resultado

- a) Os principais ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e custo de aquisição são:

	Prêmio ganho		Sinistralidade (%)		Custo de aquisição (%)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Patrimonial	957.122	898.700	74	109	1	1
Rural	175.430	150.802	86	81	-	-
Aeronáuticos	116.174	98.779	139	168	1	1
Pessoas individual	84.630	41.572	130	44	2	4
Transportes	48.677	43.740	189	87	4	4
Riscos financeiros	43.377	34.323	117	63	2	3
Pessoas coletivo	29.431	84.229	(16)	21	(4)	1
Responsabilidade civil	25.259	24.716	123	526	3	2
Habitacional	16.073	15.697	118	341	2	1
Marítimos	13.844	13.413	318	34	3	1
Automóvel	11.576	11.546	278	192	4	2
Petróleo	5.908	2.795	162	3	-	-
Total	1.527.501	1.420.312	92	111	1	1

- b) Os principais ramos de atuação e seus índices de sinistralidade e custo de aquisição líquido das operações de retrocessão estão apresentados na tabela abaixo:

	Prêmio ganho líquido de retrocessão (*)		Sinistralidade (%)		Custo de aquisição (%)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Patrimonial	362.414	356.807	52	65	4	3
Pessoas individual	84.089	41.510	129	45	2	4
Transportes	45.084	38.372	183	44	4	4
Riscos financeiros	35.391	30.841	105	72	3	3
Pessoas coletivo	18.159	72.962	(74)	19	(6)	1
Habitacional	14.500	14.810	108	336	3	2
Rural	13.315	17.748	(51)	257	2	2
Responsabilidade civil	11.991	9.936	184	337	7	6
Automóvel	11.317	10.479	283	177	4	2
Aeronáuticos	2.190	1.992	(128)	907	31	30
Marítimos	1.340	2.112	750	241	26	4
Petróleo	6	-	324	-	-	-
Total	599.796	597.569	79	80	3	3

(*) O valor está representado na linha de prêmio ganho e no resultado de retrocessão.

c) Prêmios emitidos líquidos

	2025	2024
Prêmios emitidos	1.658.610	1.390.617
Prêmios estimados – EPI	(19.789)	52.374
Prêmios riscos vigentes não emitidos – RVNE	1.131	662
Total	1.639.952	1.443.653

d) Variação das provisões técnicas

	2025	2024
Provisão de prêmio não ganhos – PPNG	(94.861)	(16.289)
Provisão de excedentes técnicos – PET	(17.199)	(6.914)
Provisão de prêmios riscos vigentes não emitidos – RVNE	(391)	(138)
Total	(112.451)	(23.341)

e) Sinistros ocorridos

	2025	2024
Despesas com sinistros	(1.145.252)	(1.256.053)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados – IBNER	7.092	(11.031)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR	(270.583)	(302.728)
Total	(1.408.743)	(1.569.812)

f) Custos de aquisição

	2025	2024
Despesas com corretagem de resseguros	(19.967)	(17.841)

g) Resultado com retrocessões

	2025	2024
Prêmios de retrocessão líquido	(999.883)	(774.174)
Prêmios de retrocessão estimados – EPI	16.589	(35.764)
Prêmios de retrocessão riscos vigentes não emitidos	(78)	(304)
Variação das despesas de retrocessão	55.560	(12.774)
Variação das despesas de excedentes técnicos	107	273
Recuperação de sinistros	862.351	978.099
Ajustes de PSL – IBNER	(7.092)	11.031
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	79.619	105.610
Receitas com participações nos lucros	35	25
Outras receitas (despesas) operacionais	25.785	15.394
Total	32.993	287.416

h) Despesas administrativas

	2025	2024
Com pessoal próprio e encargos sociais	(10.506)	(9.564)
Com serviços de terceiros	(10.616)	(2.036)
Com localização e funcionamento	(891)	(828)
Com depreciação/amortização	(236)	(248)
Com publicações	(137)	(120)
Com publicidade e propaganda	(2)	(7)
Com donativos e contribuições	(2.834)	(2.278)
Outras despesas administrativas	(572)	(136)
Total	(25.794)	(15.217)

i) Despesas com tributos

	2025	2024
COFINS	(47.871)	(40.790)
PIS	(8.402)	(7.132)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(2.867)	(2.867)
Impostos municipais	(71)	(51)
Impostos estaduais	(14)	(17)
Contribuição sindical	-	(1)
Total	(59.225)	(50.858)

j) Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas		
Receitas com títulos de renda fixa	195.490	114.912
Receitas com oscilação cambial	260.023	249.534
Outros	1	5.985
	455.514	370.431
Despesas		
Despesas com oscilação cambial	(261.910)	(240.705)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(2.876)	(1.661)
Outros	(190)	(92)
	(264.976)	(242.458)
Total	190.538	127.973

18. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as apurações de imposto de renda e contribuição social estão assim representadas:

Descrição	Imposto de renda		Contribuição social	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes dos impostos e participações	234.396	177.707	234.396	177.707
Juros sobre capital próprio	(32.500)	(21.349)	(32.500)	(21.349)
Participações nos lucros	(1.295)	(1.407)	(1.295)	(1.407)
Resultado ajustado	200.601	154.951	200.601	154.951
Adições (exclusões) temporárias:				
Provisão para participação nos lucros	79	80	79	80
Outras provisões	8.748	155	8.748	155
Ajustes RTT	(124)	(124)	(124)	(124)
Redução ao Valor Recuperável (RVR)	776	-	776	-
Adições (exclusões) permanentes:				
Multas Indedutíveis	83	-	83	-
Brindes	2	7	2	7
Donativos e contribuições	2.740	2.161	2.740	2.161
Lucro fiscal do exercício	212.905	157.230	212.905	157.230
Total de imposto de renda e contribuição social	(53.202)	(39.284)	(31.936)	(23.585)
Tributos sobre adições temporárias	2.696	28	1.618	17
Ajustes relativos a exercícios anteriores	(35)	-	(21)	-
Incentivos Fiscais				
Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	52	70	-	-
Deduções incentivadas	2.740	2.161	-	-
Total dos impostos	(47.749)	(37.025)	(30.339)	(23.568)
Taxa efetiva	22,43%	23,55%	14,25%	14,99%

Pilar II

Conforme previsto no Pilar II, apresentamos a análise da alíquota efetiva de tributação (ETR) calculada sobre o lucro contábil antes dos impostos, considerando os valores apurados em 31 de dezembro de 2025, resultando em 33%.

Dessa forma, conclui-se que não há necessidade de realizar ajustes adicionais de impostos, uma vez que a ETR apurada supera o percentual mínimo de 15% exigido pelo Pilar II.

19. Outras informações

- a) A Resseguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 montam em R\$ 223 (R\$ 203 em 2024).
- b) Em 31 de dezembro de 2025, a Resseguradora não possui processos em demanda judicial que impactam em perdas patrimoniais e financeiras.

Diretor-Presidente

Ricardo Scacalossi Mariano

Diretor Administrativo-Financeiro

Diretor Técnico

Fredi Martins Curquejo

Diretora de Controles Internos

Alessandra Sayegh Gomes Lopes Delvaux

Contador

Daniel Lopes Sousa
CRC 1SP316764/O-9

Atuário

Fabio Marcondes de Sousa
MIBA nº 1360

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Introdução

O Comitê de Auditoria da Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros é um órgão estatutário de assessoramento do Comitê de Direção, atuando de forma permanente e independente. Sua principal finalidade é revisar, previamente à divulgação, o conjunto de documentos que compõem as Demonstrações Financeiras, bem como avaliar a efetividade do Sistema de Controles Internos e das Auditorias Interna e Externa.

O Comitê é composto por 4 (quatro) membros efetivos independentes, instituído por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 31 de março de 2025, em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais renováveis, limitados a um máximo de 5 (cinco) anos.

Os Administradores da Resseguradora são responsáveis pela elaboração e pela garantia da integridade das Demonstrações Financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção de um Sistema de Controles Internos efetivo e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna realiza trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos, bem como a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes, responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras abrangidas pelo Comitê de Auditoria, também avalia, no contexto de seu trabalho, a qualidade e a adequação do Sistema de Controles Internos, além do cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, realizando diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração, aos Gestores de Riscos e de Controles Internos, e às Auditorias Interna e Externa. Todas as atividades desenvolvidas foram registradas em atas e cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Colegiado, conforme sintetizado a seguir:

1. Reuniões com Administradores e Executivos:

Nas reuniões de trabalho com Administradores, Executivos e técnicos de diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, temas relacionados à preparação das Demonstrações Financeiras, ao Sistema de Controles Internos, aos processos contábeis, aos critérios e metodologias das áreas atuarial, contábil e de riscos, ao processo de gestão de riscos, ao limite de retrocessão e às Transações com Partes Relacionadas. Quando identificadas necessidades de melhoria, foram feitas recomendações para os devidos aprimoramentos.

2. Diálogo com Auditorias Interna e Externa:

O Comitê manteve diálogo constante com as equipes das Auditorias Interna e Externa, analisando os seus planejamentos, resultados dos principais trabalhos, conclusões e recomendações.

3. Constatações:

Após análise das informações recebidas das áreas responsáveis, bem como dos relatórios das Auditorias Interna e Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, regulamentação e normas internas que pudessem comprometer a continuidade da empresa.

4. Revisão de Demonstrações Financeiras:

O Comitê revisou as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração da Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros, discutindo os relatórios e apontamentos apresentados pelos auditores independentes.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- i) A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- ii) As Auditorias Externas são efetivas e as informações por elas fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das Demonstrações Financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos; e
- iii) As Demonstrações Financeiras da Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros foram aprovadas e apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2025 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

São Paulo (SP), 26 de fevereiro de 2026.

Adilson José Cardoso Pereira

Membro Titular

Heloísa Belotti Bedicks

Coordenador e Membro Titular

Luiz Cláudio Ligabue

Membro Titular

Rosana Passos de Padua

Membro Titular